

A cooperativa que nasceu de uma política pública

O Programa de
Aquisição de Alimentos
e a experiência da
comunidade Indaiá II em
Luziânia/GO

Cassiana Vaz Tormin

Prof. Dr. Aninho Irachande

Coletânea de Pós-Graduação, v.5, n.1
Políticas Públicas



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

José Mucio Monteiro (Presidente)

Ana Arraes (Vice-presidente)

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz de Oliveira

Raimundo Carreiro

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva (Procuradora-Geral)

Lucas Rocha Furtado (Subprocurador-geral)

Paulo Soares Bugarin (Subprocurador-geral)

Marinus Eduardo de Vries Marsico (Procurador)

Júlio Marcelo de Oliveira (Procurador)

Sérgio Ricardo Costa Caribé (Procurador)

Rodrigo Medeiros de Lima (Procurador)

DIRETOR GERAL

Fábio Henrique Granja e Barros

**DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS,
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Flávia Lacerda Franco Melo Oliveira

**CHEFE DO DEPARTAMENTO DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

Clémens Soares dos Santos

CONSELHO ACADÊMICO

Maria Camila de Ávila Dourado

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

Marcelo da Silva Sousa

Rafael Silveira e Silva

Pedro Paulo de Moraes

COORDENADOR ACADÊMICO

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra

COORDENADOR EXECUTIVO

Georges Marcel de Azeredo Silva

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Núcleo de Comunicação - NCOM/ISC

A cooperativa que nasceu de uma política pública

O Programa de Aquisição de Alimentos e a experiência da comunidade Indaiá II em Luziânia/GO

Cassiana Vaz Tormin

Monografia de conclusão de curso submetida ao Instituto Serzedello Corrêa do Tribunal de Contas da União como requisito parcial para a obtenção do grau de especialista.

Orientador(a):

Prof. Dr. Aninho Irachande

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Alberto dos Santos

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

TORMIN, Cassiana Vaz. **A cooperativa que nasceu de uma política pública.** O Programa de Aquisição de Alimentos e a experiência da comunidade Indaiá II em Luziânia/GO. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas – Escola Superior do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, Brasília DF. 73 fl.

CESSÃO DE DIREITOS

NOME DO(A) AUTOR(A): Cassiana Vaz Tormin

TÍTULO: **A cooperativa que nasceu de uma política pública.** O Programa de Aquisição de Alimentos e a experiência da comunidade Indaiá II em Luziânia/GO. Pós Graduação/2020: Especialista em Avaliação de Políticas Públicas/2020.

É concedido ao Instituto Serzedello Corrêa (ISC) permissão para reproduzir cópias deste Trabalho de Conclusão de Curso e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. Do mesmo modo, o ISC tem permissão para divulgar este documento em biblioteca virtual, em formato que permita o acesso via redes de comunicação e a reprodução de cópias, desde que protegida a integridade do conteúdo dessas cópias e proibido o acesso a partes isoladas desse conteúdo. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte deste documento pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Cassiana Vaz Tormin
Cassiana.tormin@camara.leg.br

Ficha catalográfica

TORMIN, Cassiana Vaz. **A cooperativa que nasceu de uma política pública - O Programa de Aquisição de Alimentos e a experiência da comunidade Indaiá II em Luziânia/GO.** *Trabalho de Conclusão do Curso de Pós Graduação em Avaliação de Políticas Públicas.* ISC: Brasília, 2020.

A cooperativa que nasceu de uma política pública
O Programa de Aquisição de Alimentos e a experiência da
comunidade Indaiá II em Luziânia/GO

Cassiana Vaz Tormin

Trabalho de conclusão do curso de pós-graduação lato sensu em Avaliação de Políticas Públicas realizado pela Escola Superior do Tribunal de Contas da União como requisito para a obtenção do título de especialista.

Brasília, 28 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Prof. Dr.
Aninho Irachande
Universidade de Brasília

Prof. Dr.
Luiz Alberto dos Santos
Universidade de Brasília

Dedico esse trabalho às mulheres e aos homens da agricultura familiar. São eles que, com tanta persistência e resistência, mantêm viva a solidariedade nas relações humanas e com o meio ambiente. São eles que preservam a vegetação, o ar, os bichos e a água, e produzem alimentos saudáveis e saborosos. Dedico ainda aos gestores que enxergam a importância de desenvolver políticas públicas em favor desse que é o lado mais frágil da cadeia produtiva. Salve a agricultura familiar!

Agradecimentos

Agradeço aos professores, colegas e toda a equipe do Instituto Serzedello Correia, bem como do CEFOR da Câmara dos Deputados, pela oportunidade de participar de tão qualificado curso. Agradecimento especial aos professores. Agradeço ao Estado brasileiro e aos gestores que apostam no Serviço Público como fator de desenvolvimento ao país. Agradeço a minha família, em especial minhas filhas Elena e Débora, que me ajudam a conhecer os limites da condição humana.

Resumo

A comunidade rural Indaiá 2, do município de Luziânia-GO, implementou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), considerada pelos moradores local uma política pública fundamental para garantir renda mínima aos agricultores familiares. A partir da mobilização do PAA, foi criada a cooperativa Coopindaiá, que começou sendo a responsável pela comercialização via PAA, e posteriormente contratou outro programa, o PNAE, além de intermediar a venda de outros produtos da região. No entanto, os pequenos agricultores familiares não conseguiram manter a renda que era garantida com o PAA, que tinha como principal diferencial o fato de permitir a venda de quaisquer produtos, sem exigência de aviso prévio. O resultado é que os agricultores familiares pedem o retorno do PAA, alegando que a cooperativa não é capaz de contemplá-los por exigir produtos mais especializados e previamente programados.

Palavras-chave: no PAA; Coopindaiá; Avaliação de Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Luziânia.

Abstract

The rural community Indaiá 2, in the municipality of Luziânia-GO, implemented the Food Acquisition Program (PAA), considered by local residents to be a fundamental public policy to guarantee minimum income for family farmers. From the mobilization of the PAA, the Coopindaiá cooperative was created, which started being responsible for marketing via PAA, and later contracted another program, the PNAE, in addition to intermediating the sale of other products in the region. However, small family farmers were unable to maintain the income that was guaranteed with the PAA, whose main differential was the fact that it allowed the sale of any products, without requiring prior notice. The result is that family farmers request the return of the PAA, claiming that the cooperative is unable to contemplate them because it requires more specialized and previously programmed products.

Keywords: PAA; Coopindaiá; Public Policy Evaluation; Family farming; Luziânia.

Lista de figuras

Figura 1 – Visita da ministra de Desenv. Social ao Indaiá II	37
Figura 2 – Reunião de agricultores da comunidade Indaiá II	42
Figura 3 - Reunião de agricultores da comunidade Indaiá II.....	43
Figura 4 – Reunião de agricultores PAIS/PAA	44
Figura 5 - Mutirão de agricultores para implantar o PAIS	44
Figuras 6 e 7 - Telecentro comunitário do Indaiá II	45

Lista de tabelas

Tabela 1 – Cronograma da pesquisa	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2 – Valores transferidos pelo FNDE	33

Lista de abreviaturas e siglas

ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AMEC	Associação de Mulheres Exercendo Cidadania
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DF	Distrito Federal
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PAIS	Produção Agroecológica Integrada Sustentável
PP	Política Pública
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SISAN	Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SAF	Subsecretaria de Agricultura Familiar
SEAD	Sec. Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
TCU	Tribunal de Contas da União

Sumário

1. Introdução	156
2. Problema e justificativa	166
3. Objetivos	177
3.1. Objetivo geral	177
3.2. Objetivos específicos	177
4. Metodologia	188
5. Fundamentação teórica	21
5.1. As Políticas públicas	21
5.2. Avaliação de políticas públicas.....	22
5.3. Políticas públicas integradas	26
5.4 O Programa de Aquisição de Alimentos e a Agricultura Familiar	28
5.5. Desafios da Agricultura Familiar.....	31
5.6. Entraves do PAA	32
5.7. A agricultura familiar e ao PNAE	34
5.8. A diminuição dos investimentos na Agricultura Familiar	35
5.9. Cooperativismo no meio rural	37
6. Conhecendo a comunidade Indaiá II	39
6.1. Contratos de PAA realizados pela comunidade	41
6.2. Outros programas implementados na comunidade	43
7. Como o PAA é visto pela comunidade	47
7.1. O PAA é reconhecido como PP eficiente	47
7.2. O PAA foi um agregador para a criação da cooperativa	49
8. Considerações finais	53

Referências bibliográficas.....	56
Anexo A – Questionário para entrevista com dirigentes locais	56
Anexo B - Questionário: entrevista com beneficiários do PAA - agricultores	57
Anexo C - Questionário: entrevista com representantes das entidades	58
Anexo D - Entrevista com presidente da Coopindaiaá	60
Anexo E - Entrevista com presidente da AMEC	64
Anexo F - Transcrição de entrevistas com produtores	65

1. Introdução

Vamos falar de uma comunidade que destacou-se na região metropolitana de Brasília – conhecida como Entorno do DF – pelo bom desempenho na venda de produtos da agricultura familiar. Trata-se da comunidade Indaiá II – cuja denominação vai incluir também comunidades vizinhas participantes das políticas públicas mencionadas no presente trabalho.

Inicialmente contemplada por alguns contratos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que tornou os agricultores locais conhecidos pela doação de produtos a escolas públicas e entidades filantrópicas, a comunidade local conseguiu criar uma cooperativa. Ao alcançar o status de cooperados, os produtores da região passaram a destinar seus produtos à alimentação escolar da rede pública de municípios da região e até mesmo do Distrito Federal.

A presente pesquisa busca relacionar a implementação de uma política pública de estímulo à agricultura familiar – o PAA – à criação da cooperativa do Indaiá, a Coopindaiá.

Ao que parece, foi graças ao PAA que a comunidade foi motivada a criar a cooperativa.

Ao concluirmos o curso de avaliação de políticas públicas, consideramos provocador analisar o caso de uma comunidade rural que, após ser beneficiada por uma política pública, conseguiu dar um passo considerado dos mais importantes ao meio rural: formar um canal especializado de venda dos próprios produtos, a cooperativa.

2. Problema e justificativa

Ao conhecer a estória da comunidade Indaiá, devemos ter a dimensão do valor do PAA na região. Ao que parece, essa política pública representou um pontapé para a criação da cooperativa.

É como se a ação governamental em questão tenha conseguido atingir uma meta positiva além do previsto nos objetivos da política pública.

Atualmente, por conta dos contingenciamentos orçamentários do governo, o Programa de Aquisição de Alimentos não está sendo executado na região. Mas a Coopindaiá segue comercializando seus produtos. Ou seja, a cooperativa sobrevive mesmo sem a política pública que está no cerne da sua criação.

Aqui apresentamos algumas questões a nortear a pesquisa: Será mesmo que o PAA foi tão eficiente que seus objetivos foram superados? Mesmo sem o PAA, os agricultores familiares da região estão satisfeitos? A cooperativa atende às necessidades mínimas de geração de renda aos pequenos produtores locais como ocorria com o Programa de Aquisição de Alimentos? Ou será que a comunidade local sente falta da política pública originária?

3. Objetivos

Ante o exposto, apresentamos a proposta da nossa pesquisa:

3.1. Objetivo geral

Pretendemos avaliar a percepção dos agricultores familiares do Indaiá 2 em relação ao PAA.

3.2. Objetivos específicos

- Saber a impressão dos agricultores familiares sobre o PAA – se o programa é bem avaliado;
- Entender como se deu a criação da Coopindaiá e em que medida a cooperativa tem relação com a implementação do PAA;
- Identificar se mesmo com o fim do PAA a cooperativa conseguiu garantir renda mínima aos agricultores locais.

4. Metodologia

O texto que apresentamos aqui compila alguns conceitos e práticas relacionados à avaliação de políticas públicas.

Conforme apresentado por JANNUZZI (2014), optou-se por uma análise de programa (o PAA) por meio de uma pesquisa qualitativa.

Em síntese, a nossa pesquisa abrangerá levantamentos primários a partir de visitas à comunidade, conhecimento da realidade local e oitiva de pessoas da região.

Essas ações realizadas em campo serão canalizadas na busca de evidências sobre a aprovação ou reprovação da referida política pública.

A pesquisa se desenvolveu em algumas etapas.

A primeira foi o estudo de teorias sobre políticas públicas, bem como sobre o Programa de Aquisição de Alimentos.

A segunda etapa deu-se com o levantamento de informações relevantes sobre a comunidade escolhida para análise e a identificação de atores envolvidos na execução da política pública no local a ser pesquisado.

A seguir, foi montado um cronograma geral de pesquisa para garantir, entre outros elementos, a entrevista dos diretores das entidades responsáveis pelos contratos executados com o governo federal; de um grupo de famílias que comercializaram produtos por meio do PAA e ainda, de algumas entidades que receberam alimentos para a doação.

Esse cronograma sofreu vários ajustes, mas sua execução está apresentada a seguir:

Quadro 1 – Cronograma da pesquisa

Período	Ação
Setembro a Dezembro/2019	Revisão Bibliográfica
Outubro/2019 a Janeiro/2020	Visita à comunidade e Entrevistas
Janeiro/2020	Decupagem e Análise das Entrevistas
Março e Abril/2020	Elaboração do trabalho escrito
Julho/Agosto	Conclusão e Revisão final
28/08/2020	Apresentação da pesquisa
Passos da pesquisa e datas de realização de cada etapa	

Fonte: Autora.

Por fim, nos dedicamos à análise das entrevistas e ao esforço de associar as evidências identificadas ao aprendizado obtido com a pesquisa bibliográfica – e as aulas do curso de pós-graduação.

A análise da política pública foi feita com base em observação e entrevistas individuais e grupais, já que uma das intenções era perceber a impressão das famílias sobre o PAA e sua relação com a criação da cooperativa.

No caso das entrevistas das famílias beneficiadas com a comercialização, achamos por bem escolher grupos que tiveram experiências diferentes – algumas com o PAA contratado pela AMEC, e outras pela associação e/ou a Coopindaiá.

A escolha dos entrevistados deu-se a partir da sugestão dos líderes locais. Em contato com a diretora da AMEC, a Associação de Mulheres, acertamos de participar da reunião de fim de ano, e assim fazer entrevistas aleatórias com as associadas – para economia de tempo, as ouvimos majoritariamente em grupos de três ou quatro.

Quanto aos associados da cooperativa, foi necessário estabelecer contatos individuais, pela falta de um evento que reunisse os beneficiários. Dessa forma, conseguimos realizar algumas entrevistas pessoalmente, e outras, por meio

telefônico – já a entrevista dos responsáveis pelas entidades beneficiárias foi por correio eletrônico ou whatsapp.

Ressalte-se que os agricultores de que trata a pesquisa não são todos moradores da comunidade Indaiá, mas há também os que vivem em localidades vizinhas e que foram contemplados com os programas em questão.

5. Fundamentação teórica

O Programa de Aquisição de Alimentos é uma política pública relativamente nova, que beneficia os agricultores familiares e as pessoas em situação de insegurança alimentar. A seguir vamos detalhar como se dá essa interação.

Antes, porém, uma pergunta: você sabe o que é uma política pública (PP)? O que caracteriza uma PP?

Vamos conhecer idéias interessantes apresentadas por autores especialistas nesse tema.

5.1. As Políticas Públicas

O termo políticas públicas relaciona-se ao esforço de se conceber as ações de Estado de forma autônoma e continuada, superando os personalismos e apadrinhamentos. Assim, as diferentes definições de políticas públicas vão no sentido de tratar as obras, os programas e outras realizações dos políticos – sejam eles prefeitos, governadores, presidentes, e outros gestores públicos – de forma objetiva, planejada e cujo foco seja atender o interesse da maioria da população.

Política pública seria então o resultado do conjunto de decisões e ações da atividade política. Por isso uma PP pressupõe: autoridade dos gestores; bem público (relacionado ao interesse da coletividade); apoio que garanta certa legitimidade às ações a serem executadas.

O objetivo de uma política pública é solucionar problemas pertinentes à esfera da sociedade. Assim, as políticas públicas se caracterizam por envolver uma ampla coletividade. Por se tratar de iniciativas da esfera do Estado, apresentam-se inúmeros roteiros e sugestões para a formulação de políticas públicas que contribuam para atender aos pressupostos de interesse público, efetividade, eficácia, economicidade, eficiência, entre outras qualidades esperadas pelas ações governamentais. E cabe salientar que mesmo que determinada intervenção atinja apenas uma parcela da sociedade, deve prevalecer o interesse da coletividade.

Uma exigência cada vez mais presente na sociedade é a interação de diferentes pessoas e organizações na definição e implementação das políticas públicas. O planejamento é uma exigência para evitar o desperdício de recursos públicos e o fracasso das políticas.

5.2. Avaliação de Políticas Públicas

A formulação de políticas públicas exige mais do que um simples diagnóstico do problema. Entende-se que os gestores públicos devem agir orientados por cinco passos ou “atividades essenciais: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação”. (WU XUN, 2014, p. 21)

O campo das políticas públicas se destaca nos debates sobre administração e gestão governamental, por materializar as ações mais concretas de intervenções sociais. Na busca por formular diretrizes e preceitos para a elaboração das PP, uma das exigências imediatas é o planejamento cuidadoso, partindo sempre da compreensão do problema existente:

Alguns problemas de políticas são tão complexos – pense na pobreza ou em crises bancárias – que provavelmente nunca vai haver um acordo total sobre as suas verdadeiras causas subjacentes; contudo, os formuladores de políticas devem fazer algo a respeito deles. Tais formuladores normalmente respondem selecionando uma interpretação plausível da fonte do problema e, em seguida, avançando para fazer algo sobre o assunto. (WU XUN, 2014, p. 65).

Assim, a criação de uma política pública pressupõe planejamento e definição clara de objetivos:

Apesar da prioridade frequentemente dada para a superação de obstáculos políticos, geralmente as barreiras técnicas podem ser mais desafiadoras na formulação de políticas públicas. As dificuldades começam com a compreensão da causa do problema a ser abordado e dos objetivos buscados, a fim de consolidar e examinar as opções de política específicas capazes de abordar essas preocupações. (WU XUN, 2014, p. 61).

Traçar objetivos é um desafio. Se não é fácil identificar o fato gerador de problemas de certa comunidade (as causas), é também difícil traçar as metas para sua superação:

Outro problema que os gestores públicos enfrentam é que, a fim de considerar e avaliar opções, eles precisam ter uma noção dos objetivos que se espera que eles alcancem, e em que espaço temporal. Embora o dirigente político normalmente tenha a responsabilidade primária pela definição dos objetivos gerais do governo, esses geralmente são muito amplos para ser aplicados precisamente a contextos de problemas específicos. A tarefa de detalhar os objetivos recai sobre aqueles que estão envolvidos na formulação de políticas públicas. (...) Com os objetivos da política pública esclarecidos, os gestores públicos precisam então elaborar uma lista de ações que poderiam ajudar a alcançar tais objetivos. Por exemplo, eles precisam considerar opções tais como a redução de subsídios ou o aumento de impostos sobre os combustíveis fósseis. A definição do reajuste exato do imposto e/ou subsídio seria uma tarefa para a tomada de decisão, mas várias opções ainda podem ser desenvolvidas nessa fase e suas possíveis consequências estabelecidas para os tomadores de decisão. (WU XUN, 2014, p. 66).

Como especificado no Manual, a elaboração de políticas públicas respeita um ciclo definido por cinco etapas: definição de agenda, formulação, tomada de decisão, implementação e avaliação (WU XUN, 2014, p. 21).

Assim, toda PP precisa ser planejada, bem elaborada, executada e avaliada.

Mas o esperado é que a formulação de uma política ofereça “oportunidades de que os gestores públicos representem os interesses de indivíduos e grupos sem voz, ou com pouca voz, no processo de políticas”. (WU XUN, 2014, p. 54).

Como exposto anteriormente, o interesse da coletividade deve prevalecer, e o interesse coletivo inclui o atendimento às parcelas mais vulneráveis da população: “A formulação de políticas públicas também oferece oportunidades de que os gestores públicos representem os interesses de indivíduos e grupos sem voz, ou com pouca voz, no processo de políticas.” (WU XUN, 2014, p. 54). Ademais,

(...) a busca por novas opções de políticas pode preceder o início de um problema de política pública na definição de agenda e pode estender-se para além do ponto em que uma decisão é tomada e implementada, até a avaliação dos possíveis meios existentes e futuros de resolver problemas públicos. (WU XUN, 2014, p. 52).

No caso da nossa pesquisa, cabe salientar que o Programa de Aquisição de Alimentos é uma política pública que colocou na agenda governamental a demanda de agricultores familiares, que em geral vivem em pequenas propriedades, distantes dos centros de decisão, não dispõem de entidades representativas fortes e se ocupam dia após dia de atividades intensas no campo. Assim, essa política pública contraria a definição mais esperada e previsível das agendas governamentais – o

que, no campo da agricultura, tendem a prevalecer os interesses dos grandes produtores do agronegócio:

Entre os grupos de interesse, os voltados para negócios são geralmente os mais poderosos, com uma capacidade inigualável de afetar as políticas públicas por meio de seu controle direto sobre investimentos e, portanto, indiretamente, sobre os empregos e a prosperidade econômica. (WU XUN, 2014, p. 32).

Todas essas etapas que compõem o ciclo das políticas públicas ainda precisam considerar alguns critérios essenciais às decisões políticas, tais como eficiência, equidade, compensação, discriminação positiva e sensibilidade, que podemos definir como a capacidade de reação do governo para as pressões de grupos ou a problemas à espera de solução.

Para SECCHI (*apud* CAMARGO), “Uma análise do processo de implementação pode tomar a forma de pesquisa sobre a implementação (implementation research) ou tornar-se uma pesquisa avaliativa (evaluation research).” (SECCHI, 2017, p. 57).

O mesmo autor aponta os seguintes critérios para avaliar uma PP:

a **economicidade**, refere-se ao nível de utilização de recursos (*inputs*);
a **produtividade**, refere-se ao nível de saídas de um processo produtivo (*outputs*);
a **eficiência econômica**, trata da relação entre *inputs* (recursos utilizados) e *outputs* (produtividade);
a **eficiência administrativa**, trata do seguimento de prescrições, ou seja, do nível de conformação da execução a métodos preestabelecidos;
a **eficácia**, corresponde ao nível de alcance de metas ou objetivos preestabelecidos; e
a **equidade**, trata da homogeneidade de distribuição de benefícios (ou punições entre os destinatários de uma política pública). (CAMARGO, 2019, p. 20)

CAMARGO (2019) ainda menciona SECCHI (2017) para apresentar os indicadores de qualidade desejáveis em uma política pública, a saber:

a **validade**, o indicador deve retratar o fenômeno que está estudando;
a **confiabilidade**, as fontes de dados do indicador devem ser confiáveis, para evitar distorções e fraudes;
a **simplicidade**, o indicador deve ser de fácil compreensão para aqueles que o utilizam;
a **acessibilidade**, os dados que abastecem o indicador devem ser de fácil acesso; e
a **estabilidade**, as fontes de dados do indicador devem ser estáveis ao longo do tempo, de modo a permitir comparações históricas. (CAMARGO, 2019, p. 20)

E por fim, SECCHI *apud* CAMARGO (2017) destaca três alternativas possíveis ao se concluir a avaliação de uma PP:

1. **continuidade** da política pública da forma que está, nos casos em que as adversidades de implementação são pequenas;
2. **reestruturação marginal** de aspectos da política pública, nos casos em que as adversidades de implementação existem, mas não são suficientemente graves para comprometer a política pública; ou
3. **extinção** da política pública, nos casos em que o problema público foi resolvido, quando os problemas de implementação são insuperáveis, ou quando a política pública se torna inútil pelo natural esvaziamento do problema. (CAMARGO, 2019, p.20).

IRACHANDE (2018) lançou a pergunta: “Como escolher um critério (para avaliar uma PP)?”. A resposta não é uma equação exata:

Uma possibilidade é pensar sobre políticas públicas como possuindo dois componentes distintos: um de caráter analítico e outro voltado para a avaliação. O primeiro componente se refere aos fatos, a estimativa de impacto e suas conseqüências, enquanto o segundo componente se refere mais aos julgamentos de valor. (IRACHANDE, 2018, slide 8).

No mesmo sentido, o professor IRACHANDE (2018) lembra que a análise de políticas públicas “deve ter um compromisso com os mais altos padrões de qualidade técnica, acadêmica e científica” (slide 3). E mais:

O analista deve combinar esses elementos com uma certa sensibilidade aos valores envolvidos, assim como uma percepção bastante clara do contexto político em que a política está sendo proposta ou implementada. A Política Pública pertence à esfera pública, e nela nem sempre prevalecem os mesmos critérios que são adotados nas construções teóricas; Não existem análises elaboradas de forma puramente teórica, totalmente neutra, isenta de qualquer julgamento de valor. Por outro lado, não se deve fundamentar a análise em preconceitos ou argumentos de cunho puramente ideológico, sem base científica sólida. (IRACHANDE, 2018, slide 3).

Essa flexibilidade que o avaliador deve ter o faz avançar e recuar, de acordo com as impressões e ocasiões ao longo do processo de avaliação:

É importante ressaltar que durante a análise das políticas públicas ocorre um processo de aprendizagem extremamente dinâmico. Portanto, a medida que o trabalho vai avançando é possível que a definição do problema seja revisada inúmeras vezes, assim como a percepção de quais seriam as informações verdadeiramente importantes. Com isso, as alternativas propostas serão transformadas e a estimativa dos resultados também. A cada uma dessas revisões, o analista vai depurando seu trabalho e se tornando mais confiante de que está no caminho certo. (IRACHANDE, 2018, slide 4).

Por fim, citamos aqui a definição da avaliação de impacto, definida como

um tipo particular de avaliação, que procuram responder a perguntas de causa e efeito. Diferentemente das avaliações gerais, que podem responder a muitos tipos de perguntas, as avaliações de impacto se estruturam em torno de um tipo específico de pergunta: qual é o impacto (ou efeito causal) de um programa sobre um resultado de interesse? Esta pergunta básica incorpora uma importante dimensão causal: estamos interessados apenas no impacto do programa, isto é, no efeito que o programa causa diretamente no resultado. Uma avaliação de impacto busca as mudanças nos resultados que são atribuíveis diretamente ao programa. (MARTINEZ; RAWLINGS; VERNEERSCH, 2015)

Assim, dispomos de vasta literatura que proporciona subsídios para quem se habilita a avaliar uma política pública.

5.3. Políticas Públicas integradas

Diante do desafio que é enfrentar problemas sociais complexos e interligados, surge a noção de integração de políticas públicas, o entendimento de que muitas intervenções exigem ações paralelas e afins:

Para ter sucesso na resolução de problemas coletivos, os gestores do setor público precisam ter alguma concepção dos objetivos coletivos que estão procurando. Seria útil começar pelas três principais preocupações que todas as sociedades modernas devem levar em conta: prosperidade econômica, equidade social e justiça, e sustentabilidade ambiental. Embora possa haver debates sobre a sua importância relativa, é difícil negar que as três condições sejam fundamentais para o bem-estar social. Se as políticas econômicas, por exemplo, deixarem de levar em conta o ambiente, haverá consequências de volta para os sistemas socioeconômicos. Da mesma forma, se as políticas de proteção social ou ambiental não levarem as ramificações econômicas das medidas públicas em consideração, a consequente perda de bem-estar econômico e redução na disponibilidade de recursos acabarão minando as intenções das políticas. (WU XUN, 2014, p. 140 e 141).

Esse raciocínio pode ajudar a entender como uma política pública voltada para a agricultura familiar, como o PAA, pode ter êxito tanto quanto – e ao mesmo tempo – que uma ação governamental de estímulo ao agronegócio, como ocorre no Brasil.

Em última análise, os dois setores podem ser mais ou menos priorizados por determinados governos, mas a bem da coletividade, é importante que ambos coexistam e o êxito dessa sobrevivência trará benefícios a toda a coletividade.

Paralelamente à idéia de políticas públicas integradas, surgiu o conceito de redes de políticas públicas, que parte da compreensão que os indivíduos na [Digite texto]

sociedade “agem “inseridos” (embeddedness) em uma rede de relações sociais complexa” (CALMON & MARANHÃO, 2013, p.2). Essa concepção se enquadra na ideia de governança, o conjunto de boas práticas aplicadas ao setor público.

Além disso, quase sempre um determinado problema social está relacionado a outros. Da mesma forma, é oportuno promover a interação de agentes e atores de diferentes políticas públicas. A chamada formação de redes de política pública pressupõe que

Gestores públicos podem, pessoalmente ou coletivamente, estar familiarizados apenas com uma gama limitada de opções possíveis e as ferramentas necessárias para colocá-las em prática. Isso torna difícil para eles recomendar opções e ferramentas novas ou inovadoras. Melhorar a pesquisa, bem como contratar analistas experientes e bem treinados, é essencial para superar esse problema. Comissionar consultores externos para que recomendem opções de políticas públicas é outra alternativa que pode ser empregada. (...) No entanto, a consulta com outros membros da comunidade de política pública é outra maneira econômica de superar desafios técnicos. Tais consultas permitem que os gestores públicos entendam a profundidade e a amplitude do problema, bem como a urgência com a qual ele precisa ser tratado. Os vários grupos de interesse relevantes, os formuladores de políticas públicas e pesquisadores muitas vezes têm um amplo conhecimento dos problemas de políticas e das potenciais soluções, e podem oferecer uma valiosa fonte de informação e conhecimento. As consultas também podem gerar informações sobre as linhas e a profundidade de oposição – e sobre o suporte – a determinadas opções de políticas que estão sendo consideradas, permitindo que os gestores públicos recebam e atendam as ressalvas expressas. (WU XUN, Enap, 2014, p. 72)

De acordo com CALMON & MARANHÃO (2013), a concepção de rede de políticas públicas é considerada inovadora por combinar conhecimentos de diferentes áreas do conhecimento, e surge da “tentativa de representar a natureza social e política dessas atividades e enfatizar seu caráter interorganizacional, enfatizando que não podem ser compreendidas de forma dissociada do seu contexto estratégico e institucional” (CALMON & MARANHÃO, 2013, p. 11).

Esses autores consideram a necessidade de sopesar aspectos sociológicos relacionados à comunidade foco da PP:

O contexto institucional é aqui definido como o conjunto de regras formais e informais que influenciam no comportamento entre pessoas e organizações, assim como os modos de interpretar e aplicar essas regras na prática. Cabe aqui ressaltar não apenas as regras formais (leis, normas, estruturas organizacionais), mas também a importância das regras informais

que muitas vezes são historicamente determinadas e influenciadas pela cultura, valores e tradições. (CALMON & MARANHÃO, p. 11)

Voltando à questão mencionada acima sobre a incorporação de conhecimentos de áreas diferentes, esses autores afirmam que essa fusão agrega

Tanto a tradição “analítica” quanto a perspectiva da “governança” são incorporadas no estudo de redes de políticas públicas. Mas são trazidos também elementos que são próprios do campo das políticas públicas, da ciência política, da economia e do estudo de relações interorganizacionais. Portanto, se a abordagem de redes em geral é claramente interdisciplinar, esse tipo de abordagem se estende e se aprofunda no âmbito do estudo das redes de políticas públicas. (CALMON & MARANHÃO, p. 11)

Dessa forma, a ação política integra conceitos da administração e da política:

A noção de redes de políticas públicas se contrapõe à percepção tradicional de que o governo pode ser compreendido como uma entidade independente e, em grande medida, acima do restante da sociedade. Dada essa posição estratégica e mediante a utilização dos seus recursos de poder, o governo teria a possibilidade de dirigir a sociedade no sentido de gerar iniciativas que promovessem o bem comum. Essas iniciativas, materializadas na forma de políticas públicas e programas governamentais, seriam concebidas e implementadas a partir de critérios técnicos e racionais, caracterizando-se, assim, como um conjunto de iniciativas em que a separação entre política e administração se materializa. Aqui cabe um breve comentário sobre o Problema da Separabilidade, ou seja, a percepção de que política e administração são atividades bastante distintas, desempenhadas por esferas diferentes da sociedade e que, portanto, são regidas por lógicas diferentes. A defesa da separação entre administração e política tem longa tradição nas discussões no âmbito da administração pública e remonta, pelo menos, aos debates do final do século XIX e início do XX (CALMON & MARANHÃO, p. 11)

Com base nessa compreensão de que é bom associar e administrar mais de uma política pública com vertentes afins, vamos entender como a experiência de comunidades contempladas com ações positivas tendem a dar respostas favoráveis em termos de desenvolvimento social e qualidade de vida.

5.4. O Programa de Aquisição de Alimentos e a Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado em 2003. Executado pelo governo federal, essa política pública tem como objetivos 1) garantir renda aos produtores da agricultura familiar por meio da compra dos produtos pelo governo, sem licitação e 2) fornecer alimentos a famílias e entidades públicas ou assistenciais, garantindo o acesso à alimentação. Portanto, o público alvo direto são

[Digite texto]

agricultores familiares e pessoas em situação de insegurança alimentar, incluindo escolas da rede pública e filantrópicas.

O PAA é regido pela lei federal nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Em seu artigo 19, a referida lei apresenta como objetivo vincular o apoio à agricultura familiar, à formação de estoques estratégicos e ao atendimento a pessoas em situação de insegurança alimentar, ou seja, articular a política de segurança alimentar e nutricional à política agrícola e integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o SISAN. (BRASIL, 2003).

Atualmente, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Além da formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social, o programa ainda visa à doação para entidades da rede socioassistencial, restaurantes populares, banco de alimentos, cozinhas comunitárias e cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal. (BRASIL, 2018, p. 7).

Recentemente o Tribunal de Contas da União publicou um relatório sobre a agricultura brasileira, com informações interessantes sobre o PAA. Inicialmente, o relatório lembra que o Programa de Aquisição de Alimentos deve ser entendido a partir da compreensão dos problemas da agricultura familiar.

De acordo com o TCU, o reconhecimento da agricultura familiar ocorreu na década de 1990, a partir do projeto FAO/INCRA 1994, que define essa modalidade como a prática agrícola em que prevalece o trabalho familiar e não patronal. Sobre o relatório FAO/INCRA:

Um dos resultados mais importantes desse estudo foi a constatação de que 75% dos estabelecimentos rurais no Brasil possuíam características de produção familiar, representavam 22% da área total, contavam com 60% do pessoal ocupado e detinham 28% do valor total da produção agropecuária. Observou ainda que do total de estabelecimentos que obtiveram financiamentos na agricultura brasileira, 44,2% eram familiares, porém captaram apenas 11% do valor total dos recursos de fontes formais de financiamento. Assim, concluiu que a agricultura familiar necessitava de política de crédito especial, como já vinham reivindicando suas entidades representativas. (BRASIL, 2018, p. 6)

Por outro lado, em dados mais recentes se apresenta o panorama da agricultura familiar brasileira:

[Digite texto]

O Censo de 2006 mostrou que o Brasil possuía, naquele ano, um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares, o que representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, ocupando área de pouco mais de 80,3 milhões de hectares (24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros). A agricultura familiar é a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Dados recentes do Censo de 2017 revelaram que 70% dos estabelecimentos rurais brasileiros possuem entre 1 e 50 ha. Segundo informações do antigo MDA, a agricultura familiar responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos na mesa do brasileiro, como os seguintes: mandioca (87%), feijão (70%), carne suína (59%), leite (58%), carne de aves (50%) e milho (46%), isto é, a contribuição da agricultura familiar para o agronegócio é bastante significativa. (BRASIL, 2018, p. 6)

Um dos marcos nesse setor foi a criação do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Decreto 1.946/1996, que reuniu quatro ações em prol dos pequenos produtores: financiamento da produção, financiamento de infraestrutura e serviços municipais, capacitação e qualificação dos agricultores familiares e financiamento da pesquisa e extensão rural. O Pronaf foi criado a fim de atender a um público extremamente frágil e carente de apoio governamental, como se descreve a seguir:

É senso comum que os produtores da agricultura familiar enfrentam grandes dificuldades em acessar o crédito rural. Entre os principais problemas estão: desconhecimento sobre as oportunidades de crédito; dificuldades para avaliação das oportunidades de crédito, considerando os riscos e as condições de pagamento; dificuldades em atender às exigências ou restrições vinculadas a cada uma das possibilidades disponíveis (garantias, histórico bancário etc); nenhum ou pouco relacionamento com os agentes financeiros governamentais ou instituições correlatas ao crédito rural, a exemplo das organizações que fornecem serviços públicos de extensão rural; aversão aos riscos; indisponibilidade ou elevados custos relacionados ao seguro agrícola; incompatibilidade entre as instituições de crédito rural e os agricultores; custos relacionados ao tempo e deslocamento para obter informações e formalizar os contratos de crédito. (BRASIL, 2018, p. 19).

Em 2003, o Pronaf foi inserido no Programa Fome Zero e em 2004 surgiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) “para responder aos problemas de comercialização e acesso aos mercados da agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já existia, mas que foi reorganizado para que o fornecimento da produção dos agricultores familiares passasse a ter condições especiais, como a obrigação dos municípios de comprar, no mínimo, 30% de produtos para alimentação escolar dos agricultores familiares.” (pg 6). Ainda de acordo com o relatório do TCU,

O maior alcance da agricultura familiar foi a edição da Lei 11.326/2006 (Lei da Agricultura Familiar), onde estabeleceu as diretrizes para formulação da

política nacional para essa categoria social. Essa norma conceituou o agricultor familiar como aquele que pratica atividades no meio rural e enquadra-se nos seguintes requisitos: área menor que quatro módulos fiscais; mão de obra predominantemente da própria família no seu estabelecimento rural; percentual mínimo de renda originado de atividades econômicas de seu estabelecimento; direção do estabelecimento ou empreendimento com sua família (art. 3º). (BRASIL, 2018, p. 6).

Diante desses dados, percebemos o quanto esse setor recebeu atenção e mais políticas públicas nos últimos anos, após um longo histórico de esquecimento e pouca visibilidade nas ações de governo.

5.5. Desafios da Agricultura Familiar

Entre as prioridades estabelecidas na Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, estavam a comercialização e o cooperativismo.

É lembrada ainda a incerteza com que lida o agricultor, decorrente do fator natureza:

A agricultura é uma atividade que está sempre às voltas dos elementos da natureza, apresentando maiores condições de riscos e incertezas do que a maioria das outras atividades da economia. Os riscos associados à natureza vêm se agravando ao longo do tempo devido à instabilidade climática, às mudanças nos regimes de chuva e ao próprio aquecimento global. ((BRASIL, 2018, p. 20).

Outro dado interessante do Censo 2017 é a baixa escolaridade do homem do campo, ou seja, 53,3% dos produtores chegaram, no máximo, até o antigo primário. Desses, 28% são analfabetos ou analfabetos funcionais. Apenas 5,88% possuem ensino superior, o que demonstra a vulnerabilidade do produtor rural brasileiro e reforça a necessidade de ações públicas voltadas à melhoria das condições de vida desse público e a sustentabilidade no negócio. (BRASIL, 2018, p. 7).

Atualmente, a agricultura familiar tem bastante peso na economia brasileira com faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, de acordo com o sitio eletrônico www.brasil.gov.br do governo federal. (BRASIL, 2018, p.7).

Por meio do diálogo com gestores do meio rural, o relatório do TCU apresenta a comercialização dos produtos como um dos pilares que sustentam a agricultura familiar brasileira, junto com a assistência técnica (ATER) e o financiamento da produção (crédito rural). (BRASIL, 2018, p. 9).

Dentro do item de comercialização dos produtos da AF, são apresentados os seguintes objetivos da então subsecretaria responsável até 2018 – a Subsecretaria de Agricultura Familiar (SAF/SEAD) da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário/Casa Civil (SEAD):

- a) Criar, desenvolver, adaptar e aperfeiçoar programas, projetos e atividades de apoio diferenciado aos agricultores familiares nas linhas de crédito rural, infraestrutura e serviços municipais, assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, capacitação, profissionalização e inserção no mercado;
- b) Dar prioridade aos grupos de agricultores familiares de menor renda, visando promovê-los a patamares superiores de bem-estar;
- c) Buscar, junto a organismos públicos multilaterais e a organizações não-governamentais internacionais, novas fontes de recursos para projetos de apoio à agricultura familiar, principalmente para projetos relacionados à viabilização dos produtores de menor renda;
- d) Promover agregação de valor aos produtos do agricultor familiar, seu acesso competitivo ao mercado, e a geração de renda a partir de atividades não-agrícolas. (BRASIL, 2018, p. 27).

Esses objetivos, diz o TCU, podem ser alcançados por meio de programas governamentais de comercialização da produção agrícola familiar, como o PAA. Finalmente, o relatório assim complementa:

Considerando os diferentes estágios de desenvolvimento desse setor, torna-se ainda mais relevante as políticas estatais para ele direcionadas. Elas precisam ser bem formuladas, bem executadas e previsíveis. Os entraves burocráticos, limites financeiros baixos por agricultor, os critérios utilizados para a seleção dos beneficiários e a descontinuidade dos programas são apontados como as principais dificuldades para a agricultura familiar comercializar seus produtos, de acordo com questionários realizados com cooperativas e associações de produtores rurais (peça 40). (BRASIL, 2018, p. 24).

Como já exposto, existem seis modalidades diferentes do PAA: Compra com Doação Simultânea, Compra Direta, Apoio à Formação de Estoques, Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes. De acordo com o levantamento do Tribunal de Contas, a modalidade mais representativa é a Compra com Doação Simultânea (CDS), “e os principais entraves identificados têm relação com o volume de recursos aplicado e a forma de execução desses recursos” ((BRASIL, 2018, p. 24).

Atualmente, o programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com a SEAD e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (BRASIL, 2018, p. 24).

5.6. Entraves do PAA

O relatório do TCU apresentou várias dificuldades citadas pela Conab, que executa o PAA:

- a) Desafio orçamentário: O contingenciamento de 50% dos recursos do Programa em 2016 e 2017, associado ao cancelamento de 55% do orçamento previsto na LOA para 2018, configuram o maior entrave à execução do PAA, via Conab. A execução da Companhia saiu do patamar de R\$ 266 milhões em 2015 para os atuais R\$ 32 milhões devido ao corte orçamentário e a descentralização dos recursos para execução via Estados e Municípios.
- b) Qualificação das Organizações Fornecedoras e Unidades Recebedoras: Observa-se a insuficiência dos serviços de assistência técnica e extensão rural – ATER junto às Organizações Fornecedoras e deficiências em infraestrutura para recebimento e armazenagem dos produtos por parte das Unidades Recebedoras. No âmbito do controle social, é preciso garantir que os diversos segmentos envolvidos assumam suas responsabilidades e cumpram seus papéis, contribuindo para a não ocorrência de inconformidades durante a execução dos projetos de Compra com Doação Simultânea (CDS).
- c) Acesso a bases de dados externas: Em que pese a checagem de dados com a Base de DAPs da Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - Sead conferir maior segurança às operações, a liberação do acesso a outros cadastros do Governo Federal ainda é necessária e poderá mitigar riscos e garantir controles adicionais ao Programa, a exemplo do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais - CNIR da Secretaria da Receita Federal, o Sistema de Controle de Óbitos - SISOBI, o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, CADÚnico, entre outras. (BRASIL, 2018, p. 25)

Há que se falar ainda do contingenciamento dos recursos. Verifica-se que o número de agricultores beneficiados caiu de 91.245 em 2014 para 18.688 em 2017, com recursos caindo de R\$ 466.479.876,21 para R\$ 124.708.501,88. (BRASIL, 2018, pg 25).

O Tribunal de Contas aponta os prejuízos à agricultura familiar:

A queda desses recursos tem impacto direto na vida de milhões de agricultores familiares que dependem do PAA para a comercialização da sua produção. Sem o PAA esses agricultores ficarão em situação de vulnerabilidade social, passando a depender de outros programas sociais ou abandonando o campo em condições também vulneráveis em centros urbanos. Para exemplificar a situação acima, esta equipe de auditoria visitou durante a execução do trabalho o assentamento Olga Benário, no município goiano de Ipameri (região sudeste, a 214 quilômetros de Goiânia). Em torno de 94 famílias compõem o assentamento. Nos últimos anos, com a execução dos programas PAA e PNAE, essas famílias prosperaram. Construíram e reformaram casas, adquiriram maquinários e veículos e abasteceram escolas, asilos e creches no município. Com a queda do volume dos recursos, várias famílias ficaram sem projeto em 2018 e para o ano de 2019 não têm nada planejado para suprir o término do acesso a esse mercado consumidor da sua produção. (...) Além do contingenciamento dos recursos, a Conab relatou a opção que a SEAD vem

fazendo em direcionar os recursos do PAA para a execução direta dos Estados e Municípios. Afirmam que é um desperdício da estrutura eficaz e capilar que a Conab possui para a execução do programa, com anos de experiência e melhorias contínuas fomentadas, inclusive, pela atuação da CGU e do TCU em diversas oportunidades recentes. (BRASIL, 2018, p. 25)

A redução drástica de recursos para o PAA, especialmente, tem sido reclamada por agricultores familiares de todo o país, o que não é diferente na comunidade Indaiá II, como veremos a seguir.

5.7. A Agricultura Familiar e o PNAE

Outra política pública que merece ser mencionada, mesmo não sendo objeto da presente pesquisa, é o PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar. Sua menção é oportuna porque vários agricultores familiares beneficiados pelo PAA também aderiram posteriormente – ou simultaneamente – ao PNAE, que tornou-se também um estimulador de venda da produção familiar.

A esse respeito, vale salientar que a partir de 2009, passou a ser obrigatória a compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar:

O PNAE, coordenado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública.

168. A partir de 2009, com a Lei 11.947, de 16/6/2009 (artigo 14), no mínimo 30% do valor repassado pelo PNAE deve ser aplicado na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades. 169. A Resolução CD/FNDE 26, de 17/6/2013, alterada pela Resolução 4 de 2/4/2015, normatiza a execução referente a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar (especialmente os artigos 25 a 32). (BRASIL, 2018, p. 25)

Apesar de algumas dificuldades apresentadas pelo TCU na implementação do PNAE, como a realização de chamadas públicas pelos municípios, concluiu-se que “as perspectivas são boas, dado que, conforme demonstram os números do FNDE, as aquisições da agricultura familiar saíram de um patamar de 5 % em 2010 para 22% em 2016. A Tabela 1 apresenta os valores executados para os últimos três anos, disponibilizados pelo FNDE” ((BRASIL, 2018, p. 25).

Quadro 1 – Valores transferidos pelo FNDE às entidades executoras para o PNAE e valores adquiridos da Agricultura Familiar, 2014 a 2016.

Ano	Valor transferido total	Aquisições Agr Familiar	%
2014	R\$ 3.329.109.837,20	R\$ 719.384.367,45	22%
2015	R\$ 3.762.308.428,56	R\$ 858.570.675,64	23%
2016	R\$ 3.882.673.284,31	R\$ 858.777.139,55	22%
Rodapé de tabela		Utilize o estilo de corpo de tabela em negrito	

Fonte: FNDE

Como se vê, apesar da legislação favorável aos agricultores familiares – de quem se deve comprar pelo menos 30% dos produtos usados na alimentação escolar, na prática dificilmente esse percentual mínimo tem sido atingido no país.

5.8. A diminuição dos investimentos na Agricultura Familiar

O relatório do Tribunal de Contas reconheceu a importância das políticas públicas de estímulo à agricultura familiar, especialmente destinados a estimular a comercialização dos produtos, “considerando os variados graus de desenvolvimento desse público”:

Este levantamento deu enfoque especial à agricultura familiar em razão de já existir esforço em curso do MAPA na desburocratização dos normativos e procedimentos por meio do Plano Agro +. Além disso, a agricultura familiar destaca-se por ocupar 75% dos estabelecimentos rurais no Brasil, conta com 60% do pessoal ocupado no campo, detém 28% do valor total da produção agropecuária e responde por cerca de 70% dos alimentos consumidos na mesa do brasileiro. (...) Influenciou ainda na decisão de focar na agricultura familiar a vulnerabilidade social desse público, a baixa capacidade de mobilização na busca das soluções para os problemas coletivos e o impacto sofrido pelas disfunções burocráticas existentes no setor público. (BRASIL, 2018, p. 35)

Como reclamado pelos entrevistados da comunidade Indaiá, o documento do TCU identificou “o drástico contingenciamento dos recursos” nos últimos anos:

“o número de agricultores beneficiados **caiu de 91.245 em 2014 para 18.688 em 2017, com recursos caindo de R\$ 466.479.876,21 para R\$ 124.708.501,88.**” (BRASIL, 2018, p. 36)

E ainda:

[Digite texto]

A queda desses recursos tem impacto direto na vida de milhões de agricultores familiares que dependem do PAA para a comercialização da sua produção. Sem o PAA esses agricultores ficarão em situação de vulnerabilidade social, passando a depender de outros programas sociais ou abandonando o campo para viverem em condições também vulneráveis em centros urbanos”. ((BRASIL, 2018, p. 36)

O texto do órgão avaliador de políticas públicas também apontou que a Conab relatou a opção que o MDS vem fazendo em direcionar os recursos do PAA para a execução direta dos Estados e Municípios e “Afirmam que é um desperdício da estrutura eficaz e capilar que a Conab possui para a execução do programa, com anos de experiência e melhorias contínuas fomentadas, inclusive, pela atuação da CGU e do TCU em diversas oportunidades recentes” (BRASIL, 2018, p. 36). Além disso,

Outro risco identificado é a falta de acesso as bases de dados de outros órgãos federais por parte da Conab e da Secretaria da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). (...) No Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o principal risco identificado foi o não cumprimento do percentual de 30% de aquisições de produtos da agricultura familiar com os recursos repassados pelo FNDE para os Estados e Municípios, em descumprimento da Lei 11.947/2009. (BRASIL, 2018, p. 36)

No caso do cumprimento dos 30% de compra de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar, outro problema considerado é a dificuldade de fiscalização:

Considerando que a execução dos recursos é descentralizada para aproximadamente 5.500 entidades (Estados e Municípios), alegam os gestores que a fiscalização é desafiadora e citam projetos de capacitação realizados em alguns Estados. A equipe de auditoria identificou, entretanto, que apenas 27 secretarias estaduais de educação representam 30% dos recursos repassados e que a maioria delas não cumpre o percentual de compras da agricultura familiar. Recomenda-se, portanto, a concentração dos esforços de fiscalização do FNDE com base em critérios de materialidade e risco como os aqui demonstrados. (BRASIL, 2018, p. 36).

A falta de apoio para cumprimento de exigências burocráticas bem como a falta de assistência técnica, como reclamada por produtores, também aparece como problema identificado pelo TCU:

Verificou-se deficiências cada vez mais significativas nos deveres que o poder público tem para com os agricultores familiares - baixa escolaridade, insuficiente ATER, burocracias na regularização fundiária, complexa e insuficiente oferta de crédito, diminuição e descumprimentos legais dos programas de apoio à comercialização - e, por outro lado, exigências que demandam níveis de instrução que a maioria dos pequenos agricultores não tem para absorção de novas tecnologias e investimentos financeiros que

eles não tem capacidade de suportar, como a Instrução Normativa Conjunta - INC 2. (BRASIL, 2018, p. 37).

Por fim, o tribunal recomenda “que haja encadeamento nas políticas públicas de apoio e de cobrança governamentais dos setores produtivos” a fim de que “uma população expressiva de agricultores familiares não retorne para a informalidade e para a miséria” (BRASIL, 2018, p. 38).

5.9. Cooperativismo no meio rural

O cooperativismo no setor agropecuário está entre os três de maior participação de mercado, de acordo com informações do Sistema OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras.

Dados de 2019 apontaram para a existência de 15 milhões de brasileiros associados a algum tipo de cooperativa – ou trabalham numa delas, sendo o maior destaque para o setor agropecuário.

De acordo com o Anuário do Cooperativismo Brasileiro, eram 1613 cooperativas agropecuárias em meados de 2019. De acordo com o Anuário,

Cooperativas de produção agropecuária destinam-se, essencialmente, a prover, por meio da mutualidade, o fomento relacionado às atividades agropecuária, extrativista, agroindustrial, aquícola ou pesqueira. São formadas por produtores agrícolas, pecuários, pescadores e/ou extrativistas. (...) Se destacam também pela prestação de serviços de assistência técnica, transferência e fomento de tecnologias aos cooperados. (OCB, 2019, p. 30).

O acesso ao crédito e a mercados estão entre os desafios do setor:

O trabalho sistêmico para os próximos ciclos deve priorizar a busca constante de um ambiente favorável à atuação das cooperativas agropecuárias dos pontos de vista jurídico, tributário e regulatório, assim como o fortalecimento da imagem que a sociedade, incluindo governantes, tomadores de decisão e órgãos de comunicação, têm em relação as cooperativas e os seus modelos de negócio. Os principais eixos a serem trabalhados pelo ramo, de forma global, são ainda um maior acesso ao crédito e linhas de financiamento para as cooperativas, o seguro rural, a garantia de renda ao produtor rural e a regularidade de abastecimento, o acesso a mercados, infraestrutura e logística, e a participação das cooperativas nas contratações públicas, este último com forte priorização do Sistema OCB que desenvolveu em 2018 uma importante ferramenta para facilitar a participação de cooperativas em compras públicas. (OCB, 2019, p.38).

No que tange à realidade da agricultura familiar,

[Digite texto]

A constituição de associações e cooperativas se mostra como uma importante ferramenta de organização social, política e econômica. Nesta perspectiva, o cooperativismo apresenta-se como uma alternativa interessante aos agricultores familiares, organizando, agregando valor, comercializando e de alguma forma tentando inserir a produção em mercados locais, regionais e globais, constituindo-se como instrumento de enfrentamento à concorrência empresarial. (COSTA, JÚNIOR E SILVA, 2015).

As cooperativas também se tornaram alternativa para a ocupação de espaço no mercado da alimentação escolar. Como já exposto, o PNAE tem exigências difíceis de serem cumpridas por agricultores familiares isolados:

O PNAE se apresenta como oportunidade de comercialização. Entretanto, são diversos os desafios no dia-a-dia dos agricultores familiares e suas organizações na busca por acesso a este mercado. Apesar de o volume de recursos destinados aos grandes centros para aquisição de alimentos para alimentação escolar ser significativo, a logística de distribuição dos alimentos nas escolas é complexa e os padrões exigidos dos produtos impossibilitam ou dificultam o acesso pelos empreendimentos de agricultura familiar. (COSTA, JÚNIOR E SILVA, 2015).

Os autores supracitados estudaram a realidade de cooperativas que fornecem alimentos para a alimentação escolar e outros mercados no estado. A pesquisa apontou para a necessidade de apoio e assistência técnica mesmo para acessar as compras governamentais, já que

A existência do programa não é garantia que as cooperativas vão conseguir comercializar seus produtos. O fato de o PNAE (e PAA também) não remunerarem o empreendimento, mas apenas preverem a remuneração do produto, é algo interessante de ser revisto, pois os custos de operacionalização destes programas são arcados pelos empreendimentos, ou seja, pelos agricultores familiares. Também, faz-se necessária a adaptação da legislação sanitária à realidade da agricultura familiar e não somente a adequação dos empreendimentos aos normativos. Outro aspecto relevante é relacionado à formação e capacitação dos cooperados em atividades relacionadas à gestão, ao cooperativismo e às atividades de agroindustrialização. Para tanto, políticas de assistência técnica e extensão rural de acompanhamento sistemático e contínuo são importantes para deixar os agricultores aptos a gerirem suas cooperativas. (COSTA, JÚNIOR E SILVA, 2015).

6. Conhecendo a comunidade Indaiá II

Agora vamos mostrar como o Programa de Aquisição de Alimentos contribuiu para gerar renda numa comunidade de agricultores familiares.

A comunidade Indaiá II está localizada no município goiano de Luziânia, vizinho ao Distrito Federal. A região rural dista 45 quilômetros do centro da cidade, e faz parte da bacia do rio Corumbá, ficando bem próxima à barragem da usina Corumbá IV.

Atualmente sedia a cooperativa Cooperluz Indaiá, fundada em novembro de 2013. A cooperativa comercializa produtos de origem local, tais como leite, polpa de fruta, alimentos da agricultura familiar e doces.

A origem da comunidade é descrita no site da cooperativa de produtores locais:

Segundo a tradição este nome surgiu por causa da grande quantidade de coqueiros que havia nesse lugar, denominado coco Indaiá. Nessa região tem uma comunidade chamada Santo Antônio, assim conhecida por esse ser o santo padroeiro da comunidade. (COOPINDAIÁ, 2017)

A respeito da realidade econômica do Indaiá 2, temos que:

As famílias geralmente trabalham com agricultura familiar. São organizados socialmente em associações, as quais temos: Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Indaiá II e Associação de Mulheres Exercendo Cidadania (AMEC). As mulheres também trabalham na produção de artesanatos principalmente os de fibras de bananeira e peças com materiais reciclados, além de produzir farinhas, polvilhos, doces, biscoitos, compotas, etc. Os produtos são escoados pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e o restante são vendidos na feira agroecológica de Luziânia. (...) Já foram instalados na região os projetos: Balde Cheio, Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (PAIS), e Minha Casa Minha vida. (COOPINDAIÁ, 2017)

A região tornou-se modelo de organização comunitária, sendo hoje sede da Coopindaiá, que tem como lema “Agroecologia – Unidos pela sustentabilidade”.

Além de receber visitas de delegações e autoridades de outros países eventualmente, o Indaiá foi escolhido pela equipe da ex-ministra de Desenvolvimento Social, Teresa Campelo, para uma visita realizada em janeiro de

2016, por ocasião da comemoração dos dez anos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

O protagonismo local ainda é lembrado no sítio eletrônico por outra conquista da comunidade: “Foi instalado também o Telecentro Comunitário com 11 (onze) computadores, impressora e biblioteca, doadas pela Fundação Banco do Brasil e o projeto Fome Zero.”.

Figura 1 – Visita da ministra de Desenv. Social ao Indaiá II (janeiro/2016)



Fonte: Coopindaiá

Além da forte religiosidade local – a sede da cooperativa foi montada no núcleo social da comunidade, que tem como portal a capela da igreja católica dedicada ao popular Santo Antônio, as famílias são unidas, em sua maioria, por laços familiares e quando não, por vínculos de amizade intergeracional.

A união dos moradores do Indaiá II também é destacada pelo portal da entidade:

Comunidade bastante conhecida no município de Luziânia, por ser acolhedora e amiga. Sempre organiza festas juninas com novenas, fogueiras, quadrilhas e comidas típicas. Semana santa com via sacra ao vivo. Festa de São Sebastião, também conhecida como festa do doce que ocorre em 20 de janeiro com leilões, missa e o tradicional doce de leite. Cavalgada na festa do padroeiro Santo Antônio com eleição da rainha. (...) Joaquim Ferreira Gomes, patriarca da família foi quem deu origem à comunidade, homem simples e humilde foi exemplo de pai, avô e cidadão sertanejo, deixando valores inesquecíveis que são imitados por suas gerações, conscientizando a prática de fé, amor, solidariedade e honestidade. (COOPINDAIÁ, 2017)

Atualmente a Cooperluz Indaiá já tem cerca de 400 cooperados, incluindo produtores de outros municípios e até do Distrito Federal, onde a cooperativa também passou a atuar, especialmente para executar o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. A cooperativa iniciou com cerca de 200 cooperados, todos no âmbito do município de Luziânia. Ainda é importante salientar que, ao final de 2019, 30 jovens da região prestavam serviços para a cooperativa.

A comunidade Indaiá 2 tem recebido a visita de delegações de diversos países, em busca de conhecer a experiência local de promoção da agricultura familiar e geração de renda por meio da cooperativa. Recentemente, no mês de setembro de 2019, foi visitada por representantes da FAO, braço da ONU para a área de agricultura.

6.1. Contratos de PAA realizados pela comunidade

Até o final de 2019, foram realizados cinco contratos do PAA entre produtores da comunidade Indaiá e o governo federal – ressalte-se que, além de produtores da localidade denominada Indaiá, foram incluídos outros pequenos agricultores de comunidades vizinhas, que serão todos tratados como sendo da região Indaiá. Entre eles, como veremos a seguir, há modalidades e valores diferentes.

O primeiro contrato foi firmado em 2012 pela AMEC, a Associação de Mulheres Exercendo Cidadania. O valor foi pago foi R\$ 418 mil reais, válido para doze meses de vigência. Como participaram 110 mulheres, cada beneficiária teve uma cota de R\$ 3,8 mil, o que deu uma média de pouco mais de R\$ 300 por mês. Mas como já exposto, o PAA não exige uma entrega regular e equilibrada ao longo dos meses, ou seja, as produtoras faziam as entregas de acordo com a disponibilidade de produtos – os mais diversos possíveis. Como citado pelas entrevistadas aqui, as entregas eram principalmente frutas e produtos regionais e de fácil cultivo (manga, mixirica, acerola, mandioca, hortaliças entre outros).

Esse primeiro PAA beneficiou entidades assistenciais (dois asilos, uma ONG e grupos da pastoral da criança), escolas públicas da rede estadual e municipal, escolhidas pela associação. Duas das escolas eram rurais, onde estudavam as crianças das comunidades abrangidas pela AMEC.

O segundo contrato do PAA que atendeu produtores locais foi assinado em 2014 pela Associação dos Produtores Rurais do Indaiá – em parceria com a AMEC) e conseguiu cotas maiores: totalizou R\$ 714 mil e beneficiou também 110 produtores. A cota individual foi de aproximadamente R\$ 6,5 mil por ano. Dessa vez, a produção comprada pelo governo destinou-se a escolas públicas e filantrópicas e entidades assistenciais.

No mesmo ano da segunda contratação do PAA, os produtores da região do Indaiá fundaram a Coopindaiá. Como já citado aqui, a cooperativa atualmente integra cerca de 400 cooperados, mas quando da fundação, eram 110 produtores participantes da Coopindaiá.

Conforme apontado por todos os entrevistados em nossa pesquisa, a cooperativa foi criada no auge da empolgação dos agricultores locais, estimulados com a renda adicional proporcionada pelo Programa de Aquisição de Alimentos.

Criada a Coopindaiá, já no ano seguinte foi possível contratar mais uma vez. O contrato do PAA do período 2015/2016 totalizou R\$ 880 mil, divididos para 110 agricultores familiares. Dessa vez, os produtos destinaram-se a famílias de baixa renda cadastradas no SUAS – a distribuição dos alimentos deu-se nos espaços da rede municipal de assistência social, a saber: CRAS (Centro de Referência em Assistência Social), centro comunitário e CREAS (Centro de Referência Especializado em Assistência Social).

Um quarto contrato do PAA, o de menor valor, deu-se para o período 2017/2018, totalizando R\$ 150 mil. Esse também foi firmado pela Coopindaiá e destinou a produção a entidades assistenciais.

Por fim, no final de 2017, deu-se o último contrato do PAA pela Coopindaiá, na modalidade Institucional, e totalizou R\$ 500 mil em 2018 e R\$ 600 mil em 2019. A diferença dessa modalidade é que a produção destina-se a órgãos do governo, nesse caso, ao Ministério da Defesa.

Há que se mencionar ainda os contratos realizados pela Associação de Mulheres Exercendo Cidadania, a AMEC, com a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, um dos braços do governo na execução do PAA. A associação foi

criada em 2009 com o intuito de congregar as mulheres das diversas comunidades rurais da região para criar oportunidades de venda dos produtos – doces, artesanato, farinhas, entre outros.

O primeiro PAA contratado pela AMEC foi em 2012, a convite da Conab do estado de Goiás. Na ocasião, o feito foi comemorado como sendo o primeiro contrato do PAA em todo o país feito exclusivamente com mulheres. O valor total foi de R\$ 670 mil reais, distribuídos para 110 mulheres ao longo de 10 meses.

O segundo e último contrato da AMEC para execução do PAA foi em 2014. Nas duas situações, a diretoria da AMEC atuou em parceria e com o apoio da diretoria da associação de produtores do Indaiá – e da Coopindaiá, no ano de 2014.

Figura 2 – Reunião de agricultores da comunidade Indaiá II



Fonte: Coopindaiá

6.2. Outros programas implementados na comunidade

Ao ser entrevistado sobre a implementação do PAA na comunidade, o diretor presidente da cooperativa, Luciano Andrade, não hesitou em mencionar uma tecnologia social considerada precursora das políticas públicas na região: o PAIS.

PAIS é a sigla para Produção Agroecológica Integrada Sustentável, tecnologia social financiada pela Fundação Banco do Brasil (FBB) em 2010 e 2011

[Digite texto]

no município de Luziânia, implementada pela Rede Terra, entidade de apoio a agricultura familiar sediada no município vizinho de Cristalina. Ao todo 65 produtores rurais foram beneficiados com o PAIS em Luziânia, parte deles da região do Indaiá.

O PAIS é um sistema integrado de produção agroecológica que integra galinheiro e horta em formato circular – em cujos canteiros circulares o agricultor familiar tem liberdade para produzir o que desejar, respeitando a delimitação de corretores e a colocação do sistema de irrigação, caixa d'água e telas externas, itens financiados pela FBB.

Figura 3 – Reunião de agricultores da comunidade Indaiá II



Fonte: Coopindaiá

Antes da contratação do PAA diretamente por entidades da própria comunidade, os produtores beneficiários do PAIS participaram do contrato do PAA feito pela Rede Terra. O intuito era estimular a produção pelo sistema PAIS.

Na mesma época, foram instaladas fossas sépticas pela FBB – também por meio da Rede Terra – em 100 propriedades do município, tendo sido beneficiadas diversas famílias do Indaiá.

Figura 4 – Reunião de agricultores PAIS/PAA

Fonte: Coopindaia

Esse investimento na região é considerado pelo presidente da Coopindaia – que na época atuou junto à Rede Terra dando assistência técnica aos agricultores familiares – como um importante mobilizador local. Além de ter facilitado o contato entre as famílias, foi uma espécie de impulso para despertar a confiança e o sentimento de coletividade dos produtores.

Figura 5 – Mutirão de agricultores para implantar o PAIS

Fonte: Coopindaia

Cabe ainda mencionar outras ações de governo que marcaram a região. Em 2009/2010 foi implantado na comunidade um telecentro digital equipado com

[Digite texto]

computadores e mobiliário, financiado pela FBB. Em 2014, exatamente no ano de criação da cooperativa, foram construídas 28 casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida Rural. No mesmo ano, por meio do PNUD, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a comunidade foi beneficiada com U\$ 40 mil, o que proporcionou a criação de um Banco de Sementes e uma fábrica de polpas, posteriormente equipada com recursos de emenda parlamentar do deputado federal Célio Silveira (PSDB/GO).

Figuras 6 e 7 – Telecentro comunitário do Indaiá II



Fonte: Coopindaiá



Fonte: Coopindaiá

7. Como o PAA é visto pela comunidade

Uma das respostas unânimes dos agricultores ouvidos em nossa pesquisa é que o Programa de Aquisição de Alimentos faz falta.

Como já exposto, a presente pesquisa realizou uma entrevista com 16 produtores – entre homens e mulheres – beneficiados pelo PAA. Trata-se de pesquisa qualitativa, fundamentada na opinião dos beneficiários. Também foram ouvidos os presidentes das duas entidades que contrataram o PAA na comunidade Indaiá – AMEC e Coopindaiá.

Em suma, todos afirmaram que a política pública em tela tem aprovação total dos beneficiários.

Do total de entrevistados, 8 mulheres foram beneficiárias dos contratos das duas entidades; 8 participaram da contratação via cooperativa e duas mulheres entraram apenas no contrato da AMEC (incluem-se nessa conta os presidentes das duas entidades).

Houve críticas pontuais, dirigidas a exigências burocráticas (documentos, elaboração de projeto), valor máximo da cota anual, gestão da cooperativa e logística (dificuldade para entrega dos alimentos).

A seguir detalhamos algumas respostas que consideramos importante destacar.

7.1. O PAA é reconhecido como PP eficiente

Mesmo os entrevistados que reclamaram de alguma questão, todos elogiaram o Programa de Aquisição de Alimentos, considerado fundamental por garantir uma comercialização mínima dos produtos da atividade rural:

(...) era o sonho da comunidade. Porque não tinha como escoar a produção, todo mundo ficou muito entusiasmado. (Ivanilde)

(...) o mercado é de tubarões, ele é de grandões. Pra nois ir de porta em porta bater nas portas para vender, o mercado não abre essas portas pra nós. Porque tem que ter quantidade, tem que ter a entrega tudo certinho, e as vezes o pequeno agricultor não consegue manter essa periodicidade,

porque a agricultura é volátil né? Tem, não tem. Então os grandes mercados não pegam do pequeno, porque eles preferem ter um mercado certo. Então a grande dificuldade do pequeno agricultor é acessar o mercado, e essa política do PAA do governo para o pequeno foi essencial, porque o pequeno teve como escoar com segurança o seu produto e... qualquer pequeno agricultor infelizmente está fora do mercado se o governo não ajuda. Porque ele não tem com quem contar, e também ele tem que estar organizado em instituição, associação ou cooperativa para acessar essas políticas públicas, então se não fosse o governo na jogada a gente estava na miséria hoje... tem terra, tem tudo mas estava na miséria. E com essas política pública, o Brasil em si, aqui os nossos produtores da nossa cooperativa, saiu daquela miséria, de um doar a cesta básica para o outro, e também tirou aquele pensamento de exclusão né? Foi uma inclusão social muito grande que a gente percebeu. (Luciano)

Eu achei bom o PAA porque eu não tinha salário nenhum, e minha horta era pequena, tudo o que eu produzia ia, pra mim foi bom, é pouco? É, mas pra mim foi ótimo, foi um começo ótimo, eu achei bom porque a gente não vendia nada, com o PAA tinha saída, pouco mas vendia né? Agora se plantasse muito não tinha renda para pagar funcionário. Lá em casa trabalhava era quase que só eu, então eu achei muito bom. Foi bom pra mim né? (Antonieta)

é isso aí, foi bom para todos, uns reclamam que era pouco, mas é isso aí... para quem tinha mais coisa para entregar, bom se tivesse mais valor né? (Fernanda)

Foi (bom) com certeza. Pra mim foi. Não só para mim, eu observo muito as pessoas, as vezes tem pequenas terras e não consegue produzir grandes quantidades mas a pequena que ele conseguia ele entregava. (...) A gente conhece pessoas que adquiriu muita coisa com a renda do PAA sabe..na sua casa né? (Dona Judite)

Uma das qualidades do PAA em relação a outras políticas públicas voltadas ao campo é pequena exigência em relação à compra dos produtos, como foi reconhecido pelos entrevistados:

O PAA essa semana eu tenho, eu mando, semana que vem eu não tenho produção, não tem problema. Ah deu uma chuva e acabou com a produção e não tenho produto, vou ter daqui um mês, beleza. Não tem problema, você vai entregar quando tiver o produto. E o PNAE não, as crianças estão na escola, tem que comer, então tem que seguir a nutricionista, ou seja, eu tenho que ter mesmo no PNAE. No PAA tem essa flexibilidade. Ah, falta 5 meses para o PAA vencer e não entreguei nada, não tem problema, você pode entregar nesses 5 meses restantes, não tem problema. (Luciano)

O bom é que não é só verdura, mas fruta também eles pegam, então coisa que perdia não tá perdendo mais. Coisa que antes perdia, não tá perdendo mais. É muita coisa que a gente tem aqui que poderia aproveitar e aproveitou. Mas parou né? (Antonieta)

Lá em casa o que nós produzia entregamos tudo, porque a gente produzia pouco... não perdeu nada não. (...) Eu também achei bom porque tudo o que produzia, vendia. Entreguei alface, couve, mixirica...essas coisas (Euclídia)

Eu achei bom porque nada perdia, vendia tudo. Dava uma rendinha. (Edite)

Eu achei muito bom porque a gente vendia o que a gente tinha, depois achei a cota pequena porque foi ficando pequena, tinha muita verdura que a gente tinha plantado. (Não lembro bem o valor) (Luciana)

Na mesma direção, os produtores ouvidos reclamaram o fim dos contratos do PAA, alegando que o benefício “faz muita falta”, como afirmou dona Judite:

Eu acho que (o governo) essas coisas que o governo faz que parece que é pequeno, mas no fundo isso tem um significado muito grande. Mesmo que parece pequena, mas é alguma coisa. Eu falo para as pessoas que a gente nunca deve desprezar o que é pequeno porque através do pequeno acontece o grande. (Judite)

Houve uma desmotivação com o fim do programa. Alguns ainda lutam pelo PAA. (Ivanilde)

O PNAE é um mercado mais profissional, é um mercado que exige mais habilidade no profissional, é também uma PP que tá nos ajudando muito. Se o PNAE não existisse, a gente provavelmente taria bem com as pernas mais fraca, mas juntando hoje o PAA institucional, mais o PNAE, mais o mercado privado, é que nos dá sustentação de manter a cooperativa de portas abertas. (Luciano)

Assim, como mostraram as entrevistas, o PAA cumpriu seus objetivos quando da criação da política pública. Ele não só gerou renda aos agricultores familiares, como favoreceu a qualidade de vida e a superação da insegurança alimentar mesmo no campo.

7.2. O PAA foi um agregador para a criação da cooperativa

O reconhecimento do PAA como importante gerador de renda e motivador da economia das famílias vai além. Os entrevistados parecem conceber que ele também foi o grande impulsionador para a criação da cooperativa local. Declararam que a política pública estimulou a produção local e promoveu uma maior integração comunitária, seja pela realização de reuniões regulares para discutir questões administrativas, seja pelos encontros corriqueiros – para entregar produtos, para fazer pagamentos, etc.

O PAA despertou um certo sentimento de agrupamento:

Foi (bom), ajudou muito (o PAA a criar a cooperativa). Que as pessoas ficou mais unida, trabalhou mais em grupo né, então houve a necessidade da cooperativa. (Judite)

(A criação da cooperativa) Foi ótimo, abriu emprego, e começou pelo PAA. (Salvino)

Juntou mais gente, o pessoal não sabia, ai foi organizando e ficou mais fácil para todo mundo. (Luciana)

Foi importante isso aí porque a cooperativa tem fins lucrativos quando era associação não tinha fins lucrativos. Isso mudou porque agora é para produzir e ganhar dinheiro com o trabalho. (Rubens)

Acho que o PAA foi onde tudo começou sim, mais forte, foi através do PAA. (Fernanda)

O PAA na época nós precisávamos estar reunidos numa instituição que era a associação. Já tínhamos a associação? Já. Porém veio fortalecer porque uniu mais pessoas e com essa união a gente tornou mais forte. Com mais produção, com mais qualidade, isso melhorou a logística, o transporte, então tudo isso veio nos fortalecer a organização e ser o que nós é hoje. (Luciano)

Sobre a atuação da cooperativa, mesmo com algumas críticas direcionadas ao grupo gestor (houve reclamação sobre o valor pago pelos produtos), foi algo bom:

A cooperativa não tem coisa melhor para nós, é um ponto de apoio para a gente vender as coisas da gente muito bom. Só teria que aumentar um pouquinho o preço das coisas, que é um pouco barato, mas é tudo beleza, nota dez. (Amaro)

A cooperativa ajuda sim, com orientação e na comercialização dos produtos. (Dedice)

A cooperativa ajuda muito sim, os produtores já tem um destino certo para os seus produtos, e ela viabiliza insumos para a agricultura e pecuária: rações, sementes, adubos, mão de obra com máquinas agrícolas e etc.. Facilita muito a vida do homem do campo ser um cooperado. (Gildete)

Lá (na cooperativa) tem muitas mulheres trabalhando na fábrica de polpa, aumenta a renda da família, então tem que ter mais programas como esse. Agora eu por exemplo, atualmente não tá tendo o PAA, eu falei para eles que se eu fosse mais nova eu ia dirigir um PAA, eu acho muito importante. (Judite).

Ajudou muito, porque muitas pessoas, muitos estudantes que terminam o estudo aqui conseguiam o emprego lá. E até pessoas da comunidade, tem a fabrica de polpa, tá gerando emprego aqui. Então foi uma coisa muito boa que aconteceu aqui na comunidade. (Fernanda)

Isso aí, abriu emprego pra muita gente. Então foi muito importante essa cooperativa aqui na comunidade. Deus abençoa que não para né, sempre cresça para fortalecer todo mundo, porque todo mundo precisa de emprego. (Eliene)

Sim, com certeza, a gente viu que muitos dos nossos jovens tinham ido embora, com a cooperativa eles voltaram para trabalhar com a gente aqui. (...) Hoje estamos com uns trinta jovens inseridos dentro da cooperativa. Tendo o seu dinheirinho no bolso, independente de ficar pedindo o pai dinheiro toda hora, ele já tem autonomia, já tem seu próprio dinheirinho, já sabe o que faz, já pode comprar seu celular, suas roupas, sua motinha, já é independência né? (Luciano)

De forma geral, as entrevistas também despertaram uma certa nostalgia nos agricultores familiares. Todos lamentaram o fim do programa, e afirmaram que é preciso retomar o PAA para fortalecer a cooperativa, inclusive o próprio diretor da Coopindaiá:

É claro que a PP do PAA é de suma importância, nós precisamos dela, com certeza... é lógico que nós também temos outras portas de vendas. Se o PAA acabar, a gente vai caminhar,? Vamos. Só que não tão forte se o PAA estiver funcionando. Creio eu que o PAA é uma política que nunca poderia acabar, é uma política que tinha que permanecer com a gente sempre porque alimentação ela nunca acaba, né? (Luciano)

Precisar (do PAA), a gente precisa. Só que o PAA também veio para nos ensinar a andar com as próprias pernas, ou seja, ele abriu um leque de espaço de portas para a gente também não ficar só na política pública, ele abriu mercados privados para a gente também pulverizar o nosso produto, ou seja, mais portas de vendas né? (Luciano)

Não, eu acho que sozinha a cooperativa não consegue porque sozinho ninguém consegue nada, então a gente de mãos dadas um com o outro , retomar o PAA é uma grande coisa...ele faz muita falta, muitas pessoas estão sentindo falta. (Judite)

Gostaria de ver o PAA funcionando novamente porque incentiva ainda mais a produção. Iria melhorar a renda da família. (Dedice)

porque a gente aqui na roça precisa, as coisas nossas já é pouca e as vezes ainda perde bastante porque não tem pra quem venda... na feira não tá valendo nada ainda mais com essa epidemia. (Raimundo)

A gente tá plantando maracujá, se voltar de novo o PAA vai ser muito bom.(Idalia)

Como você vê a comunidade hoje e daqui para a frente? No momento só vendo acerola para polpa de fruta... O PAA faz falta? Faz falta sim. Só da cooperativa é pouco. (Ivanilde)

Por fim, cabe mencionar as críticas feitas pelos entrevistados ao Programa de Aquisição de Alimentos.

Uma delas é a falta de assistência técnica e orientações, tanto para a fase de elaboração de projetos e organização de documentos, quanto para a fase de implementação do programa.

A dificuldade de superar as exigências burocráticas foi mais fortemente mencionada pelos dois presidentes das associações:

Eu acho que o governo poderia demandar de uma assistência técnica e de uma capacitação, porque muitas vezes o município não tem a política justamente por que? Porque tem a política, mas não tem pessoas que vão lá e capacitam essa comunidade. Porque realmente se for fazer do nada, elas não conseguem porque tem projetos a ser montado, documentação a juntar ali tudo, e pessoas do campo não conseguem, elas sabem produzir, elas não sabem mexer com papel, então creio eu que teria que.. se o governo disponibilizasse algum órgão, tipo SEBRAE, o próprio senar,

alguns órgãos do sistema S para capacitar essas instituições, essas comunidades. Então seria muito mais rápido o processo de montagem do projeto. (Luciano)

A documentação... até você provar o nada consta físico e jurídico, colocar tudo em ordem, (as DAPs em ordem). Na parte do governo o mais difícil era a parte burocrática. (...) (para aprimorar o PAA, fora a questão burocrática), acho que poderia melhorar dentro da execução voltar mais para a atenção ao produtor, melhorar a questão lucrativa, tirar algumas taxas dentro da gestão, melhorar o lucro, tem que haver a parte administrativa, mas o produtor tem que lucrar mais. (Ivanilde)

No caso da comunidade Indaiá, observamos que a presença de líderes fortes, engajados e capacitados – especialmente o Luciano, que teve a oportunidade de trabalhar antes com o PAA na Rede Terra – foi fundamental para implantar o programa. Ele próprio reconhece seu papel para agregar a comunidade:

Com certeza tem que ter essa pessoa que tem que ter esse espírito, de correr atrás, creio eu também que a política dentro do município ela é primordial, que se não tiver uma política dentro do município que também apoie, que foi o caso do nosso gabinete da vereadora Cassiana, que nos apoiou, que deu pessoas para ajudar a correr atrás, a montar, não seria possível se também não tivesse a política que apoiasse essa política pública dentro do município. Ou seja, tem que ter a pessoa como líder na comunidade, mas tem que ter o respaldo da política dentro do município, e na época para nós foi primordial o gabinete da vereadora Cassiana. (Luciano)

Pelo que constatamos, a cooperativa até poderia ter sido criada na comunidade Indaiá em outro momento, mas ficou evidente que as reuniões e a mobilização em torno da implementação do PAA provocaram uma certa empolgação e motivaram as associações locais para a criação da Coopindaiá.

8. Considerações finais

Como já dito anteriormente, à pergunta inicial da pesquisa – se os agricultores estão satisfeitos sem o PAA – podemos dizer que não. Sem os recursos do Programa de Aquisição de Alimentos, a cooperativa não consegue comercializar a contento a produção irregular de grande parte dos agricultores familiares.

Percebemos que o PAA tem aprovação irrestrita dos entrevistados na pesquisa. É considerada uma política pública que atende aos objetivos do seu plano: garantir renda aos agricultores familiares e doar alimentos para famílias em situação de insegurança alimentar. Como a pesquisa se restringiu a avaliar o primeiro aspecto – no que diz respeito aos agricultores familiares, percebemos que enquanto tinham acesso ao PAA, as famílias da região tinham uma certa estabilidade financeira e ficaram bem satisfeitas.

Ficou bem claro nas entrevistas com pessoas das comunidades locais que o fim do PAA não só restringiu a renda familiar dos agricultores da comunidade Indaiá II, como limitou bastante a participação dos agricultores familiares na cooperativa. Atualmente a maioria das famílias só consegue entregar frutas para a fábrica de polpas, destinadas à alimentação escolar.

Assim, uma consequência foi a mudança de atuação da Coopindaiá para manter-se em funcionamento. Atualmente a cooperativa funciona de forma regular, mas mudou o foco de atuação. Agora a atividade se concentra mais na venda de leite – foi realizada uma parceria com laticínio para processar os derivados lácteos – e o fornecimento de produtos para o PNAE, o Programa Nacional da Alimentação Escolar.

A situação financeira da cooperativa está boa, mas a instituição não consegue mais envolver todas as famílias da região nas vendas. Tanto a produção de leite como o fornecimento de alimentos para a alimentação escolar exigem certa especialização, regularidade nas entregas e definição prévia de produtos a serem comercializados, requisitos difíceis para a maioria dos agricultores locais.

Os agricultores de menor porte produtivo, especialmente os que produzem em pequenas quantidades e para consumo familiar, não atendem às exigências dos novos mercados em que ingressou a cooperativa. Atualmente vários produtos comercializados para o PNAE são “importados” de outros municípios vizinhos, de produtores com certa experiência e maior capacidade produtiva, a fim de atender aos cardápios estipulados pelas escolas.

Esse redirecionamento trouxe dois efeitos antagônicos: se por um lado a implementação do PAA deu certo *know how* para a cooperativa, a ponto de lançar-se ao mercado do PNAE, mais exigente, por outro lado, essa especialização excluiu os cooperados mais frágeis economicamente.

A falta do PAA foi reclamada por todos os entrevistados da pesquisa, inclusive do diretor presidente da Coopindaiá, evidenciando que a referida política pública deveria ser retomada e integrada a outras ações governamentais que preparassem a comunidade para atividades produtivas mais especializadas.

Por fim, entendemos que os objetivos do presente trabalhos foram alcançados: 1) Verificamos que o PAA é bem avaliado pelos agricultores familiares pesquisados; 2) Percebemos que a criação da cooperativa Coopindaiá foi influenciada pela mobilização de produtores provocada pela implementação do PAA – o que pode ser considerado como um benefício extrínseco, não previsto nos objetivos da política pública; e 3) Identificamos que a cooperativa não conseguiu manter renda equivalente à garantida pelo PAA, após a sua suspensão.

Cabe ainda frisar que esse estudo pode se desdobrar e ser aprofundado. Uma das possibilidades é investigar se o PAA desenvolvido no Indaiá II conseguiu contribuir para a segurança alimentar das famílias beneficiadas com os alimentos doados pelo PAA.

Outra vertente possível é buscar alternativas de atuação da cooperativa, bem como estudar como podem ser pensadas políticas públicas eficazes que aproveitem o modelo de cooperativismo em favor da agricultura familiar.

Ainda podemos propor um estudo sobre as preferências dos agricultores familiares ao PAA em vez do PNAE – o primeiro causou certa acomodação, tornando os beneficiários desejosos pelo meio mais fácil de comercialização? Não seria esse um ponto negativo da PP a ser corrigido?

Ademais, ao verificarmos que a referida política pública não se mostrou eficaz no sentido de preparar os beneficiários para seu encerramento, há que se cogitar um estudo que proponha diretrizes para a reestruturação do PAA. Seria o caso de se propor um tempo para a vigência dessa política, bem como de incluir uma assistência técnica que prepare as famílias da agricultura familiar – e, em casos como da cooperativa do Indaiá II – a fim de que o encerramento do programa não deixe as famílias frustradas e sem condições de seguir comercializando seus produtos.

Referências bibliográficas

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de levantamento na área do agronegócio familiar**. Referencia: TC 011.120/2018-5). Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Lei nº 12.512 de 14 de outubro de 2011. **Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais**; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm> Acesso em 03 de maio de 2020.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. **Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.696.htm> Acesso em 03 de maio de 2020.

CALMON, Paulo & MARANHÃO, Arthur. **Redes de Políticas Públicas**. RP3 – Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, Julho de 2013, pp 1-29(*). Disponível em <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1083/1/Plano%20Brasil%20Sem%20Mis%20C3%A9ria.pdf>

CAMARGO, Renata Passos. **Análise e Avaliação de Políticas Públicas**. 2019. Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/ead/mod/book/view.php?id=33672&chapterid=13818>. Acesso em: 29 de julho de 2020.

COOPINDAIÁ, 2017, Luziânia-GO. Sítio eletrônico <<https://www.coopindaia.com/hist-rico>> Acesso e 05/11/2019 as 9h e em 01-08-2020

COSTA, Bianca Aparecida Lima; JUNIOR, Paulo Cesar Gomes Amorim; SILVA, Márcio Gomes. **As cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Vol. 53. Brasília: 2015. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100109#B25. Acesso em 30/08/2020.

IRACHANDE, Aninho. **Análise de Políticas Públicas**. Brasília: 2018. Disponível em <https://contas.tcu.gov.br/ead/mod/folder/view.php?id=28925>. Acesso em 29 de julho de 2020.

JANNUZZI, P.M. **Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza**. *Est. Aval. Educ.* Vol. 25. São Paulo: 2014. Disponível [Digite texto]

em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1925/1925.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

MARTINEZ; Paul J.; RAWLINGS, Patrick; VERNEERSCH, Christel M. **Avaliação de Impacto na Prática**. Washington DC: Banco Internacional de Desenvolvimento, 2015.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro**. 3ª versão. Brasília: OCB, 2019. 122 p.

SECCHI, L. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2017. 169 p.

WU, Xun. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos** / Xun Wu, M. Ramesh, Michael Howlett, Scott Fritzen; traduzido por Ricardo Avelar de Souza. – Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/ead/pluginfile.php/191065/mod_resource/content/1/Guia%20de%20Poli%CC%81ticas%20Pu%CC%81blicas%20Gerenciando%20Processos.pdf> Acesso em 03 de maio de 2020.

Outros sítios pesquisados

MDS, Brasília. <<http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>> Acesso em 06/11/2019 às 16h09

<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ET%20Vol%206%20-%202004.%20O%20plano%20Brasil%20sem%20mis%20E9ria%20nos%20munic%20EDpios%20brasileiros.pdf> Acesso em 06/11/2019 às 16h15

http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2312/1/CT_PPGPGP_M_Cofre%20Ingeborg_2016.pdf. Acesso em 06/11/2019 às 16h30

<https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11989/10510>

<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1083/1/Plano%20Brasil%20Sem%20Mis%20E9ria.pdf>

<https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ET%20Vol%206%20-%202004.%20O%20plano%20Brasil%20sem%20mis%20E9ria%20nos%20munic%20EDpios%20brasileiros.pdf>

[Digite texto]

<http://www.ufrgs.br/redesan/news/paa-10-anos-programa-investiu-r-5-3-bilhoes>

Acesso em 03 de maio de 2020.

Anexo A – Questionário 1

Questionário para avaliar a percepção dos agricultores familiares em relação ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos (O questionário será aplicado em grupos focais, respeitando as comunidades onde vivem os cooperados da Cooperluz Indaiá).

1. Você se lembra como foi sua experiência com o PAA? O que você sabe desse programa?
2. Você acha importante a cooperativa Cooperluz? Você acha que ela melhorou a sua vida? Como?
3. Como você se sente fazendo parte da cooperativa? O que a cooperativa representa para a sua vida, a de sua família e sua comunidade?
4. Você acha que o PAA foi importante para a criação da cooperativa?
5. Como é sua renda hoje e como era há dez anos atrás? (E antes dos programas do governo que foram implantados aqui?)
6. Você se sente ajudado (a) pelo governo? Isso é bom?
7. Você acha que o governo deve ajudar os agricultores familiares? Como pode ajudar?

Anexo B – Questionário 2

Questionário para levantar informações junto às lideranças da comunidade Indaiá 2 acerca da implementação do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos e outras atividades dele decorrentes na cooperativa local – a ser aplicado a diretores da cooperativa e presidentes das associações de produtores – AMEC (Associação de Mulheres Exercendo Cidadania) e Associação de Produtores do Indaiá 2

1. Quando foi implementado o PAA pela sua entidade? Quanto foi executado e quantas pessoas contempladas? (elencar ano, valor, quantidade de beneficiários)
2. Como você avalia a execução do PAA? O governo fez bem a parte dele? E vocês aqui na comunidade? Quais as principais dificuldades para implementar?
3. O que faz um programa do governo dar certo? Aqui deu certo? Por que?
4. Como você vê a evolução da comunidade desde o início desses programas? O que houve de melhorias? Houve falhas? Quais?
5. O que foi importante para começar a organização da cooperativa? O PAA ajudou? Por que?
6. Como você vê a sua comunidade hoje e daqui para a frente? Se o PAA acabar, como ficam as famílias?
7. Qual a evolução da cooperativa até aqui em número de participantes, locais de atuação e movimentação financeira?
8. O que você sugeriria para aprimorar esse programa?

Anexo C – Questionário 3

Questionário para ouvir parceiros do PAA (representantes dos CRAS, escolas e entidades beneficiadas)

1. Como e quando você conheceu o PAA?
2. Quais as suas impressões sobre o programa? O que você achou da forma como o PAA foi implementado?
3. Como foi sua atuação enquanto parceiro (a) da cooperativa Indaiá 2?
4. A partir da sua experiência e observação, quais os benefícios o PAA proporcionou aos beneficiários? Quem foram esses beneficiários?
5. Na sua opinião, o programa compensa o investimento do governo?
6. O que você sugeriria para aprimorar esse programa?

Anexo D – Entrevista – presidente da Coopindaia

Entrevista realizada presencialmente no dia 20/11/2019

Luciano Andrade de Carvalho, presidente da Coopindaia

Como você avalia a execução do PAA? Vc acha que o governo faz bem a parte dele?

Esse programa PAA tirou muitos agricultores da miséria e do mapa da fome. O PAA para nós foi o esteio de sustentação, foi uma escola que nos ajudou a estruturar e pegar outras políticas públicas maior (sic), tais como o PNAE. Então se não fosse o PAA a gente não teria crescido realmente na cooperativa.

Aqui na comunidade tem gente que melhorou mesmo de vida, que saiu da miséria?

Sim com certeza. Temos pessoas que ganhava cesta básica. Hoje ela trabalha com suas próprias pernas porque o PAA alavancou isso, né? Deu aquele espírito realmente de melhoras, de crescimento, isso tudo começou porque as pessoas tinham o projeto PAIS, sua produção era grande, sobrava da despesa da casa, e o que fazer com essas sobras? Jogar fora? Então foi aonde a gente correu atrás dos projetos PAA que é uma forma de comercialização, né?

Por que essas pessoas não vendiam antes? Por que o governo tem que ajudar a vender?

Porque o mercado é de tubarões, ele é de grandes. Pra nós ir de porta em porta bater nas portas para vender, o mercado não abre essas portas pra nós. Porque tem que ter quantidade, tem que ter a entrega tudo certinho, e as vezes o pequeno agricultor não consegue manter essa periodicidade, porque a agricultura é volátil né? Tem, não tem. Então os grandes mercados não pegam do pequeno, porque eles preferem ter um mercado certo. Então a grande dificuldade do pequeno agricultor é acessar o mercado, e essa política do PAA do governo para o pequeno foi essencial, porque o pequeno teve como escoar com segurança o seu produto e... qualquer pequeno agricultor infelizmente está fora do mercado se o governo não ajuda. Porque ele não tem com quem contar, e também ele tem que estar organizado em instituição, associação ou cooperativa para acessar essas políticas públicas, então se não fosse o governo na jogada a gente estava na miséria hoje... tem terra, tem tudo mas estava na miséria. E com essas política pública, o Brasil em si, aqui os nossos produtores da nossa cooperativa, saiu daquela miséria, de um doar a cesta básica para o outro, e também tirou aquele pensamento de exclusão né? Foi uma inclusão social muito grande que a gente percebeu.

Luciano, e quais as dificuldades para implementar o programa? Para você que sempre esteve à frente...

A grande dificuldade que nós enfrentamos para montar o PAA foi falta de conhecimento, né? A gente teve que passar por um treinamento da própria Conab, sobre como montar os projetos, correr atrás de muitas burocracias, papéis, documentos, para a gente vencer essa barreira. E com isso a gente contou com

[Digite texto]

vários parceiros, o gabinete da vereadora, pessoas voluntárias como a Mariana na época, porque nós não tínhamos habilidade com esses projetos, com esses papéis né? Então para nós foi um grande aprendizado também nessa questão de ter pessoas de fora que vieram nos ajudar e nos capacitar. Num é só chegar e colocar o projeto, tem que ter a capacitação para executar o projeto. Isso foi primordial nos governos Lula e Dilma de dar esse acesso ao pequeno produtor, o mais necessitado né? É um projeto que é pequeno né? O volume é pequeno, o valor é pequeno da cota? É, mas a diferença é enorme, é muito grande.

O que você acha que faz um programa de governo dar certo? Pela sua experiência...

Creio eu que é a seriedade do qual o governo colocou esse projeto para os pequenos. Ele colocou tanto para o pequeno produtor como para quem tá na insegurança alimentar lá na ponta, que são as entidades, as casas de apoio aos drogados, as pessoas de ruas, as escolas da periferia, os CRAS das prefeituras que sabem quais as pessoas que tão passando necessidade... então pegou a seriedade do projeto lá na ponta, do governo, no ministério de desenvolvimento social e combate à fome com agricultor e com quem precisava de comida, então esse ciclo fechou e vou dizer para você que não é que ele precisa de esmola, apenas precisa de vender o seu produto com dignidade, isso faz com que ele cresce tanto financeiramente como espiritualmente.

Como você vê a evolução da comunidade, não só o Indaiá, (mas de todas as comunidades que participam) desde o início do PAA até hoje?

Eu percebi que a evolução foi tanto nutricionalmente primeiro – porque quando as pessoas plantam produtos hortifrutigranjeiros, primeiro ela vai consumir mais. Porque antes do projeto, as pessoas não comiam verduras – automaticamente quando planta, ela muda primeiro a alimentação da família. Depois ela melhora sua renda familiar, com isso a evolução a gente percebe que ela vem nesses três eixos: primeiro nutricionalmente – quem planta ali, segundo aquela renda que ele não tinha, começa a ter uma renda melhor e depois eles começa a ter um conhecimento melhor também na parte de aprendizado, dos cursos que a gente tem aqui, tanto pelo sistema nacional de aprendizagem rural – Senar, o próprio SEBRAE, as faculdades, o IFG, ... então creio eu que são esses três eixos – alimentação, renda e conhecimento.

Isso ajuda também os jovens a permanecer no campo?

Sim, com certeza, a gente viu que muitos dos nossos jovens tinham ido embora, com a cooperativa eles voltaram para trabalhar com a gente aqui.

Quantos?

Hoje estamos com uns trinta jovens inseridos dentro da cooperativa. Tendo o seu dinheirinho no bolso, independente de ficar pedindo o pai dinheiro toda hora, ele já

tem autonomia, já tem seu próprio dinheirinho, já sabe o que faz, já pode comprar seu celular, suas roupas, sua motinha, já é independência né?

O que foi importante para começar a organização da cooperativa? O PAA ajudou vocês? E por que?

O PAA na época nós precisávamos estar reunidos numa instituição que era a associação. Já tínhamos a associação? Já. Porém, veio fortalecer porque uniu mais pessoas e com essa união a gente tornou mais forte. Com mais produção, com mais qualidade, isso melhorou a logística, o transporte, então tudo isso veio nos fortalecer a organização e ser o que nós é hoje.

Como você a comunidade hoje e daqui para a frente? Hoje vocês tem só o PAA institucional... se ele acabar, como fica? Vocês não precisam mais dele?

Precisar, a gente precisa. Só que o PAA também veio para nos ensinar a andar com as próprias pernas, ou seja, ele abriu um leque de espaço de portas para a gente também não ficar só na política pública, ele abriu mercados privados para a gente também pulverizar o nosso produto, ou seja, mais portas de vendas né?

Mas se ele acabar, vocês continuam bem?

É claro que a PP do PAA é de suma importância, nós precisamos dela, com certeza... é lógico que nós também temos outras portas de vendas. Se o PAA acabar, a gente vai caminhar,? Vamos. Só que não tão forte se o PAA estiver funcionando. Creio eu que o PAA é uma política que nunca poderia acabar, é uma política que tinha que permanecer com a gente sempre porque alimentação ela nunca acaba, né?

O PNAE também hoje sustenta mais a cooperativa né?

O PNAE é um mercado mais profissional, é um mercado que exige mais habilidade no profissional, é também uma PP que tá nos ajudando muito. Se o PNAE não existisse, a gente provavelmente taria bem com as pernas mais fraca, mas juntando hoje o PAA institucional, mais o PNAE, mais o mercado privado, é que nos dá sustentação de manter a cooperativa de portas abertas.

O que você sugeriria para aprimorar esse programa? O PAA em si, o que você teria de sugestão para facilitar, daria para simplificar para mais pessoas terem acesso ao PAA?

[Digite texto]

(hoje você está indo trabalhar em cidades que não tem agricultores locais que dão conta de responder às exigências da PP)

Eu acho que o governo poderia demandar de uma assistência técnica e de uma capacitação, porque muitas vezes o município não tem a política justamente por que? Porque tem a política, mas não tem pessoas que vão lá e capacitam essa comunidade. Porque realmente se for fazer do nada, elas não conseguem porque tem projetos a ser montado, documentação a juntar ali tudo, e pessoas do campo não conseguem, elas sabem produzir, elas não sabem mexer com papel, então creio eu que teria que.. se o governo disponibilizasse algum órgão, tipo SEBRAE, o próprio senar, alguns órgãos do sistema S para capacitar essas instituições, essas comunidades. Então seria muito mais rápido o processo de montagem do projeto.

Você concorda que se não fosse a sua figura, a sua liderança, seu conhecimento prévio, ...

Com certeza tem que ter essa pessoa que tem que ter esse espírito, de correr atrás, creio eu também que a política dentro do município ela é primordial, que se não tiver uma política dentro do município que também apoie, que foi o caso do nosso gabinete da vereadora Cassiana, que nos apoiou, que deu pessoas para ajudar a correr atrás, a montar, não seria possível se também não tivesse a política que apoiasse essa política pública dentro do município. Ou seja, tem que ter a pessoa como líder na comunidade, mas tem que ter o respaldo da política dentro do município, e na época para nós foi primordial o gabinete da vereadora cassiana.

Alguma coisa gostaria de acrescentar? Crítica ou falhas?

Acho que nós poderíamos elogiar muito porque foi realmente o programa que mudou o Brasil e criticar por falta de recursos neste momento que estamos vivendo. Não tem recurso de PAA mais igual era antes. O recurso tá escasso, isso desmotiva muito o produtor, aquele que tá na atividade plantando e a gente tem muita fome no Brasil, tem muita fome para tirar. Creio eu que uma crítica é pedir ao governo para colocar mais recurso para o PAA.

A maior facilidade do PAA é poder entregar o que tem né?

Isso. O PAA essa semana eu tenho, eu mando, semana que vem eu não tenho produção, não tem problema. Ah deu uma chuva e acabou com a produção e não tenho produto, vou ter daqui um mês, beleza. Não tem problema, você vai entregar quando tiver o produto. E o PNAE não, as crianças estão na escola, tem que comer, então tem que seguir a nutricionista, ou seja, eu tenho que ter mesmo no PNAE. No PAA tem essa flexibilidade. Ah, falta 5 meses para o PAA vencer e não entreguei nada, não tem problema, você pode entregar nesses 5 meses restantes, não tem problema.

Anexo E – Entrevista – presidente da AMEC

Ivanilde da Costa Meireles Paula - Presidente da AMEC – Associação de Mulheres Exercendo Cidadania.

Entrevista realizada presencialmente no dia 08 de dezembro de 2019

Como avalia a execução do PAA?

Eu achei que o governo executou bem. Os repasses eram feitos. A única coisa que eu acho é que deveria ser menos burocrático.

A documentação... até você provar o nada consta físico e jurídico, colocar tudo em ordem, (as DAPs em ordem). Na parte do governo o mais difícil era a parte burocrática.

As pessoas ficaram animadas?

Muito, era o sonho da comunidade. Porque não tinha como escoar a produção, todo mundo ficou muito entusiasmado.

Valor por pessoa? Mais ou menos uns 700

Aqui deu certo o PAA? Deu certo, muito certo.

O que fez dar certo? Foi uma junção de fatores: os produtores com muito desejo, a força da logística, e o governo. As políticas públicas é que fazem chegar até a gente.

Como foi a evolução da comunidade? O PAA motivou a comunidade?

Alguns esfriaram, outros seguem motivados. Houve uma desmotivação com o fim do programa. Alguns ainda lutam pelo PAA.

Você faz parte da cooperativa? Sim.

O PAA ajudou a organizar a cooperativa? Acho que sim, as mulheres da AMEC que estão na cooperativa entraram no impulso do PAA.

Como você vê a comunidade hoje e daqui para a frente? No momento só vendo acerola para polpa de fruta...

O PAA faz falta? Faz falta sim. Só da cooperativa é pouco.

O que sugere para aprimorar o PAA? (fora a questão burocrática) Acho que poderia melhorar dentro da execução voltar mais para a atenção ao produtor... (???) Melhorar a questão lucrativa, tirar algumas taxas dentro da gestão, melhorar o lucro, tem que haver a parte administrativa, mas o produtor tem que lucrar mais.

Anexo F – Transcrição de entrevistas com beneficiários

Decupagem – dia 04/12

Fernanda Cintra Pereira de Souza – PAA AMEC e cooperativa

Antonieta Cintra Pereira – PAA AMEC e cooperativa (só sócia)

Eliene Meireles – PAA PAIS

Rubens Meireles Junior – PAA PAIS

Rubens: O PAA foi uma experiência muito boa, mas era só 8 mil por ano, é muito pouco para o produtor sobreviver com ela o ano todo, a horta você tem que trabalhar o tempo integral, então não dá para trabalhar o ano inteiro e ganhar 8 mil no ano, é muito pouco.

Feranda: concordo, a pessoa tinha que plantar uma horta pequena porque se plantar uma horta grande, ia ter perda de produção, eu acho que seria bom se tivesse mais valores, ai seria melhor.

Antonieta: Eu achei bom o PAA porque eu não tinha salário nenhum, e minha horta era pequena, tudo o que eu produzia ia, pra mim foi bom, é pouco? É, mas pra mim foi ótimo, foi um começo ótimo, eu achei bom porque a gente não vendia nada, com o PAA tinha saída, pouco mas vendia né? Agora se plantasse muito não tinha renda para pagar funcionário. Lá em casa trabalhava era quase que só eu, então eu achei muito bom. Foi bom pra mim né?

Fernanda: é isso aí, foi bom para todos, ins reclamam que era pouco, mas é isso aí... para quem tinha mais coisa para entregar, bom se tivesse mais valor né?

O que vcs entregavam?

Alface, morango, cenoura, berinjela, o que tinha ia tudo... mamão, era muito bom

Sobre a cooperativa... (para quem participa)

Fernanda: Ajudou muito, porque muitas pessoas, muitos estudantes que terminam o estudo aqui conseguiam o emprego lá. E até pessoas da comunidade, tem a fabrica de polpa, tá gerando emprego aqui. Então foi uma coisa muito boa que aconteceu aqui na comunidade.

(Eliene) Isso aí, abriu emprego pra muita gente. Então foi muito importante essa cooperativa aqui na comunidade. Deus abençoa que não para né, sempre cresça para fortalecer todo mundo, porque todo mundo precisa de emprego.

[Digite texto]

O PAA ajudou a incentivar a cooperativa?

Rubens) Foi importante isso aí porque a cooperativa tem fins lucrativos quando era associação não tinha fins lucrativos. Isso mudou porque agora é para produzir e ganhar dinheiro com o trabalho.

Fernanda – Acho que o PAA foi onde tudo começou sim, mais forte, foi através do PAA.

(Quem entrega para a cooperativa: a renda melhorou?)

Fernanda: Com certeza, a horta que a gente plantava era muito grande, gera muito gasto e a entrega dos produtos acrescenta muito na renda financeira da gente, acrescenta muito. (a horta encerrou esse mês)

Os programas do governo são importantes?

Antonieta: Foi importante e é importante, não poderia acabar esse projeto porque ajuda muito. Muitas pessoas que vai para a cidade não vai mais, tendo sua terra aqui e o jeito de produzir, não vai mais. A gente vê que é pouco, mas ainda assim não poderia acabar, tinha que continuar.

Eu também acho que é muito importante. As vezes a pessoa não tem um emprego fixo, mas na própria casa planta e tendo o projeto, entrega o produto e já tem uma rendinha extra ou até a renda principal para quem não trabalha fora ou não é aposentado.

(Rubens) Eu acho muito importante esse programa. Deveria continuar mas com uma gestão que o produtor tivesse condição de continuar. Eu parei porque não tive como continuar... na época perdi 9 mil pé de alface porque a gestão não colaborou com o produtor. O produtor tinha que perder menos, não que esteja pagando mal ou pouco, mas perder o que está plantado, entende, isso mata o produtor.

(Mas o que aconteceu? Seu limite do PAA acabou?)

(Rub) Não fomos avisados que a cooperativa ia parar nas férias, então quando chegou eu estava com a alface para cortar e perdi tudo.

(Antonieta) O bom é que não é só verdura, mas fruta também eles pegam, então coisa que perdia não tá perdendo mais. Coisa que antes perdia, não tá perdendo

mais. É muita coisa que a gente tem aqui que poderia aproveitar e aproveitou. Mas parou né?

Querem acrescentar algo mais?

(Rub) O produtor deveria ter uma linha de credito barata para ajudar a alavancar a produção... tudo o que vai fazer precisa de investimento... para ele caminhar sozinho depois.

Luciana Vieira do Nascimento Alves -Participou dos dois PAA

Edite Lopes do Carmo – os 2

Euclidia Ferreira dos Santos Camargo – os 2 PAA

(nenhuma participa da cooperativa)

O que acharam do PAA?

Edite: eu achei bom porque nada perdia, vendia tudo. Dava uma rendinha.

Euclidia: Eu também achei bom porque tudo o que produzia , vendia. Entreguei alface, couva, mixirica...essas coisas

Luciana : Eu achei muito bom porque a gente vendia o que a gente tinha, depois achei a cota pequena porque foi ficando pequena, tinha muita verdura que a gente tinha plantado. (Não lembro bem o valor)

Edite: 4 mil por ano

Outra critica?

Luciana - Era complicado porque era difícil fazer a entrega. Tinha vez que era difícil para a gente fazer...Teve uma época que a gente não tava conseguindo entregar tudo, e a gente parou por causa disso.

Edite: Eles começou pegando na fazenda, depois tinha que trazer na cooperativa. Aí perdia muita coisa, mas foi muito bom enquanto durou.

Euclidia: Lá em casa o que nós produzia entregamos tudo, porque a gente produzia pouco... não perdeu nada não.

A renda melhorou?

Edite: Melhorou, foi um dinheirinho a mais. Foi muito bom.

Ajudou a cooperativa?

Edite: Ajudou.

Luciana : Juntou mais gente, o pessoal não sabia, ai foi organizando e ficou mais fácil para todo mundo.

O governo precisa ajudar?

Edite: Sim, é muito importante a ajuda do governo... porque o gasto é muito grande...

Luciana: antigamente não tinha como entregar as coisas, não tinha um meio de vender... e a gente foi aprendendo a partir do PAA, acho que ele faz muita falta.

Euclidia: O governo tem que ajudar sim, tem que continuar ajudando.

Edite sobre o PAA: é bom porque não perde, a gente aproveita tudo.

Ivanete do Carmo Meireles: só PAA AMEC

Idália de Carvalho Meireles – AMEC e Indaia

Salvino Carlos dos Santos – só Indaiá

Acham que o PAA funciona bem?

Idalia: Muito bom, a gente tá plantando maracujá, se voltar de novo o PAA vai ser muito bom.

Salvino: Sim, o PAA para nós foi muito bom, muito ótimo, mas quando entrou naquela burocracia ali deu muito trabalho pra nos. Eu por exemplo, eu muitas vezes eu panhei verdura, eu trazia (e eles diziam) não, hoje não vai levar não. Então eu perdi verdura várias vezes. Então eu parei de participar. Teve um ano que eu perdi mil e 500 pés de alface. Mas se tiver uma pessoa de responsabilidade, que não

[Digite texto]

deixa nós perder os mantimentos, é uma coisa ótima, ajuda nós demais mesmo, entendeu? Ajuda muito

Ivanete: Ajudou muito.

(quanto era?)

Salvino: era seis mil e pouquinho... Eu cadastrei de novo mas adoeci e não plantei mais horte...

Ele deve continuar?

(Salvino) Ele deve continuar sim, só que... como eu falei... não deixar que nós perca as coisas. Maracujá mesmo, eu dei muito para os outros, o que deixou a desejar foi isso, mas agora não sei como está, se continua acontecendo isso...

Programas do governo devem continuar?

(Idália) Sim, eu acho. Ajuda muito a gente. A gente que mora no sitio, precisa de ajuda para renda.

É difícil vender o que produz?

(Idália) É muito difícil. E tinha que dar mais prioridade para as associações. A gente tá unido, organizado...

Salvino: Se tivesse um projeto desse na associação... igual a cooperativa, foi bom no começo, mas não tá mais bom como era, ela ainda tem coisas boas, emprega muita gente, muita gente trabalhando, mas em partes deixou a desejar. Se continuar o projeto e o governo nos ajudar a abrir as portas para entregar nossos produtos sem burocracia... isso é muito importante.

O PAA ajudou a cooperativa?

Sim

(I) Muito.

(S) Com certeza.

Por que?

Foi ótimo, abriu emprego, e começou pelo PAA. Não to aqui para falar mal de ninguém, mas o que aconteceu com a gente, deixou a desejar.

[Digite texto]

Amaro, Samambaia (por whatsapp)

1. Vc participou do PAA? O que você achou do PAA?

Sim, e para nós foi uma das melhores coisas que aconteceu. Atraves do PAA a gente conseguiu transporte, maquinário para trabalhar.. valeu muito a pena, é uma pena que acabou.

2. O que você acha da coopindaiá? Ela melhorou sua vida? Por que?

Sobre a cooperativa, a cooperativa não tem coisa melhor para nós, é um ponto de apoio para a gente vender as coisas da gente muito bom. Só teria que aumentar um pouquinho o preço das coisas, que é um pouco barato, mas é tudo beleza, nota dez.

3. Você acha que o PAA foi importante para criar a cooperativa?

Foi muito importante o PAA, ele ajudou a pena para a cooperativa subir.

4. Vc acha que o governo deve ajudar os pequenos produtores? Como deve fazer isso?

Eu acho que o governo deveria ajudar o pequeno produtor sim, e com mais incentivo de pequenos financiamentos para ajudar. É difícil demais a pessoa produzir sem ajuda né? A gente tem poucas condições e tem boa vontade de trabalhar, mas o governo ajuda muito pouco. Naturalmente é muito difícil os financiamentos que o governo Poe porque a gente não tem um documento para fazer um seguro ou pegar um financiamento, deveria ser mais facilitado.

Jucelino Samambaia (por zap)

9 9842-7612

[Digite texto]

13/12

Vc participou do PAA? Sim

O que você achou do PAA? Muito bom

Acho boa, melhorou minha vida porque compra minha produção

Foi importante sim

Deve ajudar a aumentar o volume de compra

Judite Barbosa Camargo

Participou dos dois PAA

Como foi sua experiência com o PAA?

A experiência foi tão boa que eu passei até a alimentar melhor porque eu plantava sem agrotóxico e o que eu comia era da melhor qualidade, então isso pra mim foi uma coisa muito importante

É um programa que funciona bem?

Funciona

Foi um estímulo na questão da renda?

Foi com certeza. Pra mim foi. Não só para mim, eu observo muito as pessoas, as vezes tem pequenas terras e não consegue produzir grandes quantidades mas a pequena que ele conseguia ele entregava.

Sobre a cooperativa, ela tá contribuindo com a melhora da vida das pessoas da região?

Com certeza, tá dando emprego para as pessoas, né, até comprando as coisas, acerola, coisa que a pessoa não vendia, agora a pessoa pode vender né? Mesmo que as pessoas as vezes acha que é pouco o preço, mas acho que é melhor pouco do que nada.

A senhora acha que o PAA foi importante para criar a cooperativa?

Foi, ajudou muito. Que as pessoas ficou mais unida, trabalhou mais em grupo né, então houve a necessidade da cooperativa.

A senhora faz parte da cooperativa?

Faço. Faço assim, por causa da AMEC porque a AMEC é um braço da cooperativa né?

Eu sou da AMEC né.

É uma força importante, é melhor que associação?

Eu acho que é uma coisa a mais ne? Porque a gente conquistou a cooperativa, se não existisse a associação, não existiria a cooperativa. Então foi passos que foi dando até chegar na cooperativa.

O PAA foi importante? Foi.

A gente conhece pessoas que adquiriu muita coisa com a renda do PAA sabe..na sua casa né?

É bom o governo ajudar?

Claro que tem que ajudar. Porque com isso ele não ajuda um só, ajuda vários né? Na questão do trabalho. Lá (na cooperativa) tem muitas mulheres trabalhando na fábrica de polpa, aumenta a renda da família, então tem que ter mais programas como esse. Agora eu por exemplo, atualmente não tá tendo o PAA, eu falei para eles que se eu fosse mais nova eu ia dirigir um PAA, eu acho muito importante.

A senhora acha que a cooperativa anda sozinha ou seria importante retomar o PAA?

Não, eu acho que sozinha a cooperativa não consegue porque sozinho ninguém consegue nada, então a gente de mãos dadas um com o outro , retomar o PAA é uma grande coisa...ele faz muita falta, muitas pessoas estão sentindo falta.

Eu acho que o governo essas coisas que o governo faz que parece que é pequeno, mas no fundo isso tem um significado muito grande.

Mesmo q parece pequena mas é alguma coisa. Eu falo para as pessoas que a gente nunca deve desprezar o que é pequeno porque através do pequeno acontece o grande.

Marta 9 9855-3911

Feitas dia 27-04
Decupagem Gildete (27/04)

Participou pela AMEC

1. Como vc avalia o PAA? Ele te ajudou de alguma forma? Ajudou outras pessoas que você conhece? O PAA é muito bom, me ajudou muito como produtora rural e ajudou muitas famílias da cooperativa e da Associação de Mulheres. E ajudou muito as instituições e tive privilégio de acompanhar de perto no caso das escolas Darcy Ribeiro e Samambaia, pois trabalhava lá e vi o qto enriqueceu a merenda dos alunos.
2. Você acha que o PAA ajudou na criação da cooperativa? Sim, foi um incentivo a mais para criação da cooperativa da qual fiz parte da diretoria.
3. O que vc acha da cooperativa? Ela ajuda os produtores? Como? A cooperativa ajuda muito sim, os produtores já tem um destino certo para os seus produtos, e ela viabiliza insumos para a agricultura e pecuária: rações, sementes, adubos, mão de obra com máquinas agrícolas e etc.. Facilita muito a vida do homem do campo ser um cooperado.
4. Vc gostaria de ver o PAA funcionando de novo? Por que? Gostaria sim, porque não só melhorou a minha vida como a vida de muitos produtores da minha região rural, houve uma melhoria financeira significativa na vida de muitas famílias de produtores e auxiliou muito na complementação da alimentação de várias pessoas em instituições como escolas, casas de acolhida, creches, asilos..

Raimundo (27/04)

Participou por cristalina, Rede Terra.

Quando ela tava funcionando era uma boa coisa, nós vendia nossa mercadoria para escola, e entregava aí em luziania, tanto eu gostei como os vizinhos aqui... nos era umas quatro pessoas daqui que fornecia pra merenda escolalr na época. Foi boa coisa. So não gostava do pagamento, atrasava, as vezes passava três, quatro meses para pagar, era só isso. Mas era uma boa coisa.

Essa do indaiá eu não faço parte não, mas se pudesse era uma boa coisa, porque a gente aqui na roça precisa, as coisas nossas já é pouca e as vezes ainda perde bastante porque não tem pra quem venda... na feira não tá valendo nada ainda mais com essa epidemia. Se conseguisse associar nessa do indaia, seria uma boa coisa.

[Digite texto]

Dedice 28-04-20

O PAA te ajudou? Sim. Avalio como ótimo.

Ajudou na criação da cooperativa sim.

A cooperativa ajuda sim, com orientação e na comercialização dos produtos.

Gostaria de ver o PAA funcionando novamente porque incentiva ainda mais a produção.

Iria melhorar a renda da família.

Missão

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

Visão

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável